

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

55.^a Reunião
(10 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 15 horas e 24 minutos.

Procedeu-se à audição do Comandante Gil Corrêa Figueira (ex-Gerente da MAN Ferrostaal), que respondeu às questões colocadas pelos Deputados João Semedo (BE), Elsa Cordeiro (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) e João Ramos (PCP).

O Presidente encerrou a reunião eram 18 horas.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 24 minutos.

Estamos em condições de iniciar a audição do Sr. Comandante Gil Corrêa Figueira, que está nesta Comissão na qualidade de ex-representante da MAN Ferrostaal em Portugal, pelo menos é a indicação que tenho.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira** (ex-Gerente da MAN Ferrostaal): — Na qualidade de ex-Gerente da Ferrostaal em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Certo, então, o Sr. Comandante está aqui na qualidade de ex-Gerente da Ferrostaal em Portugal e a sua presença nesta Comissão foi requerida pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Sr. Comandante, pergunto-lhe se, como é direito de qualquer depoente nesta Comissão — de resto, isso estava referido na carta que recebeu —, quer usar da prerrogativa de prestar um depoimento inicial, pedindo-lhe que, se o quiser fazer, não exceda 10 minutos.

Pergunto-lhe, portanto, se quer usar dessa faculdade inicial ou se quer passar diretamente às perguntas por parte dos Srs. Deputados.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Presidente, podemos passar diretamente às perguntas que pretendam formular, mas quero apenas dizer que tenho uma deficiência de audição, não tenho audição do ouvido direito, e, portanto, poderei ter de pedir o favor de repetirem alguma pergunta que não entenda.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

A única coisa que peço às Sr.^{as} e Srs. Deputados, e também às restantes pessoas presentes na sala, como é evidente, é que haja algum cuidado com o ruído de fundo, porque, às vezes, é perturbador da possibilidade de audição, mesmo para quem, como eu, pensa que tem boa audição. De facto, nem sempre consigo ouvir o que se diz se houver algum ruído de fundo. Peço esse cuidado perante a nota que nos deixou o Sr. Comandante Corrêa Figueira.

Por coincidência, é ao partido que pediu a sua audição — que, de resto, foi depois aprovada por unanimidade por esta Comissão — que cabe iniciar esta ronda de perguntas.

Peço ao Sr. Deputado João Semedo que inicie o seu questionário, para o que dispõe de 10 minutos.

Tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comandante, antes de mais, os meus cumprimentos.

Sr. Comandante, a minha primeira pergunta é se pode informar esta Comissão sobre quais as funções que desempenhou na Ferrostaal e durante quanto tempo as desempenhou.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu entrei na Ferrostaal em 1983 e deixei-a em 2005. Era o gerente da Ferrostaal em Lisboa, onde tinha o escritório estabelecido há já muitos anos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando diz «gerente da Ferrostaal em Lisboa» refere-se a uma sociedade. Qual sociedade?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Era a Ferrostaal portuguesa, assim se chamava a sociedade que representava a casa-mãe.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Relativamente ao processo dos submarinos, qual foi a sua intervenção enquanto gerente da Ferrostaal?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — A Ferrostaal era membro do consórcio naval alemão e, por decisão dos elementos do consórcio, uma vez que eu já estava em Lisboa como gerente da Ferrostaal Portugal, foi-me concedida a função de ser também o representante do consórcio naval nas atividades que viesse a desenvolver em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E essas atividades, no que diz respeito aos submarinos, consistiram em quê? Com quem reuniu? Que trabalhos fez? Que colaboração teve? Que participação teve?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Tomámos conhecimento do projeto dos submarinos através da Lei de Programação Militar de 1992, aprovada aqui no Parlamento, que apontava que a capacidade submarina era uma prioridade da Marinha.

Um dos membros do consórcio era um fabricante de submarinos alemão, o Estaleiro HDW (Howaldtswerke-Deutsche Werft), e, como tal, a partir daí, começámos a prestar uma certa atenção ao desenvolvimento que

viria a acontecer relativamente a essa linha da Lei de Programação Militar, chamada «capacidade submarina».

Em 1997 fomos chamados ao Ministério da Defesa para fazer a apresentação do estaleiro, convite esse que foi feito a vários fabricantes de submarinos. A partir de janeiro de 1998 foi lançado o concurso dos submarinos e, como estávamos dentro da lista dos convidados, desenvolvemos o que era necessário para apresentar uma proposta de acordo com o caderno de encargos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — No exercício dessas funções, o Sr. Comandante reuniu com que ministérios e com que ministros?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Reunimos com o Ministério da Defesa e com o Ministério da Economia, que eram, fundamentalmente, os dois Ministérios envolvidos na altura do lançamento do concurso, uma vez que havia a parte militar e a parte de contrapartidas, que cabia, à época, ao Ministério da Economia.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Recorda-se com que ministros ou membros do Governo — não obrigatoriamente ministros — teve oportunidade de reunir para discutir os vários aspetos relacionados com os submarinos?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Para discutir propriamente os submarinos não tivemos discussões com os ministros.

Tivemos um contacto com o Sr. Ministro da Economia sobre o que é que seria o âmbito das contrapartidas e com o Sr. Ministro da Defesa sobre o interesse que havia para o País no concurso dos submarinos que tinha acabado de ser lançado, e remetia os restantes contactos — caso fosse necessário — ou para a Marinha ou para a Direção-Geral de Armamento e Equipamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esses membros do Governo a que se referiu, lembra-se quem eram?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — No Ministério da Economia, lembro-me do Sr. Ministro Pina Moura, em 1968...

O Sr. **Presidente**: — Em 1998.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Em 1998, desculpe.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não nos faça mais velhos do que somos!

O Sr. **Presidente**: — Sobretudo ao Dr. Pina Moura!

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Em 1998, em janeiro, tivemos um encontro com o Sr. Ministro Pina Moura; tivemos um encontro, muito rápido, no Ministério da Defesa com o Sr. Ministro Vitorino, depois sucederam-lhes o Prof. Veiga Simão e o Sr. Ministro

Jaime Gama, em acumulação, na altura, com a pasta dos Negócios Estrangeiros, e, posteriormente, o Sr. Ministro Castro Caldas e o Sr. Ministro Rui Pena.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Rui Pena?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sim, Rui Pena.

Depois desta fase, em que houve uma mudança de Governo, tivemos contacto com o Ministro Paulo Portas e, na Economia, com o Eng.º Braga da Cruz, com o Secretário de Estado Mendes Ferreira e, posteriormente, com a Secretária de Estado da Indústria do Governo de Durão Barroso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, no processo mais recente — mas, se quiser, pode referir-se também ao início de todo este processo — as reuniões com membros do Governo eram frequentes ou, em geral, concluíam-se pela delegação de poderes noutros representantes do Governo?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — As reuniões não eram frequentes, eram esporádicas. Havia, depois, os grupos de trabalho, quer técnicos militares, quer da parte da Economia, das contrapartidas, e, normalmente, as reuniões de trabalho eram com esses departamentos, eu diria, por delegação dos Ministros.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando o Governo do Dr. Durão Barroso e do Sr. Ministro Paulo Portas decidiu reduzir a encomenda de

submarinos para apenas duas unidades — dois submarinos —, como é que tomou conhecimento dessa decisão? E, segundo aspeto, que impacto teve essa decisão do Governo português na proposta da Ferrostaal?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Nós tivemos conhecimento por informação direta do Sr. Ministro da Defesa, se a memória não me falha...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Está a falar do Dr. Paulo Portas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sim, do Dr. Paulo Portas, que nos disse que, por questões de ordem financeira — pelo menos, é o argumento que tenho em mente —, teríamos de reduzir aquilo que estava no caderno de encargos de três para dois submarinos, que essa informação tinha sido dada aos dois concorrentes da *shortlist* que estava a correr e que, se houvesse essa concordância, podíamos prosseguir a nossa proposta nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Deduzo, portanto, que a Ferrostaal — fabricante que o Sr. Comandante representava — aceitou a redução. Aliás, é evidente que a aceitou, e essa aceitação incluiu, seguramente, a alteração da proposta apresentada, dos valores e das condições que a própria Ferrostaal tinha apresentado. A minha pergunta é a seguinte: quais foram as alterações principais na proposta da Ferrostaal decorrentes da redução para duas unidades na compra dos submarinos?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Na informação da redução para dois submarinos ficou em aberto que, no prazo de um ano, ainda poderia haver uma decisão relativa ao terceiro submarino. Portanto, houve uma redução da proposta do ponto de vista financeiro, que foi reduzida para dois submarinos, tendo-se mantido em aberto a oferta relativamente ao volume das contrapartidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E, quanto à mudança de modelo, que é um assunto que tem sido aqui muito discutido, quem tomou a decisão de mudar o modelo de submarino do U-209 para o U-214?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não houve uma decisão de mudança de modelo. O modelo que tinha sido oferecido nas propostas vinha de um desenvolvimento de um modelo que já tinha alguns anos. Isto é, à medida que se desenvolvia a tecnologia referente aos submarinos, o modelo ia-se aperfeiçoando e adaptando à modernização que ia surgindo, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista do equipamento.

A primeira oferta apresentada tinha na base o submarino U-209, que entretanto tinha evoluído, e é preciso não esquecer que entre 1998 e a decisão da *shortlist* decorreram dois anos. A partir daí, fez-se uma nova apresentação dos submarinos, já incluindo a evolução do submarino nesses dois anos. Portanto, o submarino como equipamento, como arma, era o mesmo; como aspeto exterior, enfim, é como o modelo 220 da Mercedes de há dois anos e o de agora, tem algumas atualizações, e isso foi feito. Aliás, tinha corrido a informação de que ia ser impugnado — se assim se pode dizer, entre aspas — pelos franceses este desenvolvimento do submarino.

Pedimos dois pareceres sobre o assunto e eram coincidentes: o equipamento submarino era o mesmo, não tinha sofrido alterações, tinha sofrido melhorias, e essas só beneficiavam o Governo e a Marinha portuguesa. Portanto, não há uma alteração de fundo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Há uma evolução.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Exato, há uma evolução.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Comandante, quem era a sua equipa nessa fase do processo? Com quem é que o Sr. Comandante trabalhava?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, não percebi bem a sua pergunta. Quem era a minha equipa?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Com quem trabalhava neste processo? Quem era a sua equipa, a equipa da Ferrostaal em Lisboa que tratava deste *dossier*?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Na Ferrostaal em Lisboa não havia mais ninguém. A equipa era suportada, na parte técnica, pelos técnicos da HDW, e, na parte de contrapartidas, pelos técnicos da Ferrostaal alemã. Portanto, eram equipas que se deslocavam a Lisboa e que aqui faziam o seu trabalho de acordo com o que era necessário, em contactos com a Marinha ou com a comissão técnica, na altura, e, depois, com a comissão de contrapartidas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Comandante teve algum papel na seleção da empresa Escom para o desenho das contrapartidas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Fui contactado pela Escom a seguir à apresentação dos submarinos ao Ministério da Defesa, em 1997. Nessa altura, andávamos já em prospeção de mercado, porque tínhamos sido informados de que o lançamento do concurso, muito provavelmente, traria contrapartidas.

Tínhamos uma experiência negativa em contrapartidas no que diz respeito à procura e à resposta, pelo que levantámos até o problema em sede da Direção de Armamento e Equipamento, se era possível responder em volume àquilo que seria o custo dos submarinos — que, eventualmente, na altura, já se sabia que poderiam ser três — com a capacidade do mercado português de exportação. E até sugerimos que fosse constituída uma comissão, que introduzisse ou tivesse, pelo menos, como membros o ICEP (Investimento, Comércio e Turismo de Portugal), a Direção-Geral de Indústria — se a memória não me falha — e o IAPMEI, que pudesse traçar um mapa de qual era a possibilidade de exportação e de quais as exportações que não constituiriam uma lista negativa, isto é, que eram tradicionais, como o vinho, a cortiça, um determinado número de coisas, porque essas eram consideradas negativas e, portanto, não poderiam ser consideradas para exportação.

Isso não sucedeu e, portanto, cada um tinha de procurar os seus eventuais fornecedores ou parceiros nas contrapartidas, o que, para o mercado português, no meu entender, não era fácil, porque estávamos cinco concorrentes à procura de exportar uns milhões de euros.

Por outro lado, eu também não concordava que houvesse contratos feitos antes da *shortlist*, porque um contrato feito em 98 para ser executado

numa época que não sabemos qual vai ser — e, neste caso, só em 2004 é que o contrato foi assinado, portanto, seis anos depois — não ajudava, certamente, o interessado nas contrapartidas, porque se faz um contrato em 1998 é porque, provavelmente, tem necessidade de exportar, ou de ajuda, ou qualquer coisa do género. E, portanto, parecia-me um contrassenso estar a fazer contratos em 98 sem sequer termos chegado à *shortlist* e sem saber quem ia à fase final. Mas, enfim, isso foi um aparte que eu fiz, que levantei várias vezes; não fui atendido e cumprimos aquilo que foi determinado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Recorda-se em que ano iniciou a colaboração com a Escom e através de quem?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Tive um primeiro contacto da Escom através do Sr. Miguel Horta e Costa.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E foi ele que o procurou ou foi o Sr. Comandante?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, não, foi ele que me procurou!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr. Deputado, por favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Hoje, a esta distância, como é que avalia o trabalho desenvolvido pela Escom exatamente no desenho das contrapartidas? Qual é a sua opinião e a sua avaliação sobre isso?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Penso que, inicialmente, apresentou uma série de eventuais negócios de contrapartidas, ou de possíveis contrapartidas, que foram uma ajuda para a formulação da oferta. Quando se faz o contrato e se dá a execução das contrapartidas, passou para o Departamento de Contrapartidas da própria Ferrostaal alemã, que eram os executores do contrato nessa área e, portanto, não acompanhei, como tinha acompanhado até à altura do contrato, a colaboração da Escom.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O contrato que a Ferrostaal assina com a Escom é da sua responsabilidade ou é alheio a essa responsabilidade?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não. O contrato foi feito pelo Departamento de Contrapartidas da Ferrostaal casa-mãe.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, não conhece esse contrato?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, eu conheci as primeiras discussões do contrato, que foram ainda numa fase em que não havia propostas para apresentar; depois, foi trabalhado mais diretamente com o Departamento de Contrapartidas. Portanto, conheço um *draft* de contrato, que depois foi trabalhado em profundidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas pode dizer-nos se a remuneração prevista era uma remuneração fixa, ou variável, ou não tem conhecimento da versão final e definitiva desse contrato?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, na altura, o que se previa era que fosse uma percentagem sobre o volume da transação, tanto quanto me lembro. Depois, não sei se o contrato final teve alterações ou ajustamentos, não lhe sei dizer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Comandante lembra-se do dia em que tomou conhecimento de que a Ferrostaal tinha sido a opção escolhida pelo Governo relativamente à aquisição de submarinos e, se se lembra, pode dizer-nos como é que soube que a Ferrostaal tinha ganhado o fabrico desses dois submarinos?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Lembro-me que, primeiro, quando foi aberta a proposta final, a chamado BAFO (*best and final offer*), foram abertas as propostas entre o concorrente e o consórcio em conjunto, estávamos todos presentes, e quando as propostas foram abertas concluiu-se, nessa altura, que a tendência seria os alemães ganharem o concurso. Isto porque, basicamente, havia uma diferença de preço considerável, nessa altura.

Portanto, este foi o primeiro indicativo que tivemos de que estávamos no *pole position*.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Lembra-se da data de abertura das propostas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, já lá vão uns anos...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mais ou menos.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não sei, mas é capaz de ter sido em 2002 ou 2003, talvez.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E recorda-se de quem estava nessa sessão de abertura das propostas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Estava o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, estavam os dois concorrentes e talvez o jurista, que não me recordo se era do Ministério da Defesa ou se era o jurista contratado para o efeito, isso já não posso precisar.

Portanto, tínhamos os dois concorrentes, o Secretário-Geral, tínhamos um representante da Marinha e o Diretor-Geral de Armamento e Equipamento.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas, Sr. Comandante, muito bem, se essa abertura de propostas foi em 2002 — admito que sim, que tenha sido...

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — As datas não consigo precisar.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, mas se não foi em 2002, terá sido no início de 2003.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — No final de 2002, talvez.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, foi entre o final de 2002 e o início de 2003. Até à assinatura do contrato, que é em 2004, muita água podia passar por debaixo das pontes. Não tinha nenhum receio quanto a isso, não tinha nenhuma incerteza quanto ao resultado da abertura das propostas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — É preciso ver que nós estávamos a concorrer não contra um submarino mas, sim, contra um protótipo, e o protótipo é uma coisa vaga. O Sr. Deputado deve saber melhor do que eu que um protótipo não é a realidade. É como os remédios: quando são feitos, não são reais enquanto não forem aprovados.

Em certa medida, quer o preço, quer o facto de termos um protótipo do outro lado da barreira, deu-nos uma certa confiança, pelo historial que o estaleiro tinha e pelo número de submarinos vendidos até à época, submarinos convencionais. Por outro lado, a França tinha a política de fazer submarinos convencionais para exportação e não para utilização da sua marinha. Portanto, havia um determinado número de fatores que nos reforçava a possibilidade de chegar ao fim do concurso ganhando.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Comandante, como é que explica que se tenha demorado tanto tempo até à data de assinatura do contrato?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — A partir da abertura da proposta, houve que negociar o contrato, e a negociação das duas partes do contrato — a técnica e a de contrapartidas — levou algum tempo. Aliás, o contrato foi assinado, se a memória não me falha, em abril de 2014...

O Sr. **João Semedo** (BE): — 2004!

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Portanto, o contrato foi assinado em 2004, peço desculpa e, se a memória não me falha, em setembro de 2003 tivemos informação da decisão do Conselho de Ministros. Estou a falar em datas, mas não estou a precisá-las.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas olhe que tem muita pontaria!...

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, eu tenho memória de elefante, mas os anos vão passando, já sou quase octogenário e o *chip* vai-se gastando...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Essas datas coincidem com os meus registos e espero que os meus registos não sejam imperfeitos desse ponto de vista.

Sr. Comandante, passo a uma outra pergunta. Disse-nos, no início, que tinha deixado a Ferrostaal em 2005.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Em maio de 2005, oficialmente, deixei a Ferrostaal, a meu pedido.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Podemos conhecer o motivo?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Apareceu-me um *email* em 2005, que achei muito estranho, enviado pela ACECIA, no qual me pedia para intervir junto da casa-mãe. Telefonei à ACECIA a perguntar o que é que aquilo significava, porque eu não entendia o conteúdo do *email*, e o Presidente da ACECIA disse: «Eu posso explicar! A melhor coisa é encontrarmo-nos». Então, eu disse: «Está bem, eu quero encontrar-me, porque não vou fazer pressão sobre algo que eu não entendo e com o qual não concordo no seu conteúdo, daquilo que percebo». E tive uma reunião com ele, em que me explicou a razão de ser do *email*. Havia uma negociação que tinha sido feita não sei quando entre o Departamento de Contrapartidas e a ACECIA relativamente a um conjunto de exportação, se assim se pode dizer, que teria sido feita como *pré-offset*.

O *pré-offset*, não sei se o Sr. Deputado está dentro do assunto, era considerada toda e qualquer exportação feita antes de um contrato assinado, e estava aberto aos dois concorrentes. Havia um banco de *pré-offset*, no qual eram colocados todos os negócios feitos de contrapartidas a partir do *shortlist*. O vencedor, quando assinasse o contrato, ia adicionar às futuras exportações no âmbito do *offset* aquilo que estava no banco. Portanto, houve alguns negócios efetuados nesse *pré-offset*.

Sucedede que este *email* tinha a ver, de acordo com a conversa tida então, com transações feitas antes da assinatura do contrato, e portanto com *pré-offset*. Ele considerava que aquelas transações não tinham tido uma intervenção direta da Ferrostaal, e como tal julgou que isso merecia uma compensação, pelo facto de não ter tido uma atuação direta, e foi isto que ele me disse. Eu disse: «Bom, a partir daqui eu estou fora da jogada».

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Comandante, mas explique-me só o seguinte, para ver se consigo compreender exatamente a razão da sua reação: o Sr. Comandante considerava que essa prática era séria, digamos assim?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Para mim, não era. Eu, como responsável, não assumia a responsabilidade, era contra a minha forma de ver o assunto e era contra as normas que eu tinha como corretas. E, portanto, só tinha uma hipótese: se não estava de acordo, ia-me embora.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas o Sr. Comandante não tinha uma responsabilidade direta sobre a área das contrapartidas, se bem percebi há pouco pela informação que nos deu. Essa proposta, essa sugestão, esse convite que lhe é feito implicava alguma atitude que o contrariasse, ou pura e simplesmente poderia não se interessar sobre o assunto e deixá-lo rolar porque ele não passava diretamente por si? É essa a questão que não percebo bem.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, há o aspeto de esse facto não ter passado por mim, mas se esse facto tivesse passado por mim eu teria saído mais cedo, porque eu não aceitaria as condições da negociação como foi feita — primeiro ponto.

Segundo ponto, eu não tinha intervenção direta, como há pouco expliquei, a execução das contrapartidas passava diretamente pelo Departamento das Contrapartidas. Havia dois elementos que trabalhavam

nas contrapartidas e, portanto, íamos sendo informados da execução das contrapartidas, do montante executado e do que estava no chamado banco *pré-offset*. Era importante que houvesse o mais possível *pré-offset* executado, porque se ganhássemos o contrato em definitivo isso ia somar aos futuros *offset* executados e ia diminuir, logo à partida, a garantia que o consórcio prestou ao Governo na altura do contrato. Portanto, havia aqui um processo que era natural. Agora, receber do contratante, da Ferrostaal, um *fee* de compensação por algo em que a própria Ferrostaal não entrou diretamente no negócio, achei que era inadmissível.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E foi por essa razão que o senhor, em determinado momento, chamou a estas contrapartidas «contrapartidas fictícias» e chamou ao acordo de compensação uma «aldrabice»? Se não estou em erro, foi esta a expressão.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu não classifiquei nada, achei é que elas não estavam em concordância com o que estava determinado para contrapartidas. Portanto, não estando em concordância, falsas, fictícias ou não, elas não estavam de acordo com a política de contrapartidas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas o senhor teve uma opinião e uma posição muito crítica relativamente ao facto de a Ferrostaal ter subscrito um acordo de compensação com a ACECIA. Tem uma posição, tanto quanto sei, muito crítica sobre isso. Porquê?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, se o contrato de contrapartidas tem um princípio de colaborar com a indústria,

ou com quem quer que seja, para aumentar as suas exportações e para dar um maior ganho à empresa, não tendo a Ferrostaal intermediado esse negócio, não vejo que a Ferrostaal possa ter proveito de um negócio no qual não entrou e que tenha de pagar por isso um *fee*. Isso parece-me contraditório, parece-me que não é correto.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O senhor achou, e acha, que isso foi uma chantagem das empresas sobre a Ferrostaal?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu disse em tribunal, quando fui testemunha, que era uma pressão feita pela ACECIA sobre a Ferrostaal e, por outro lado, era produto de um facto que não parecia correto.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando se fala em chantagem, há quem faça chantagem e quem ceda a ela. A minha pergunta é se acha que a Ferrostaal fabricante cedeu à chantagem.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, o que posso dizer é que a Ferrostaal e a ACECIA encontraram uma saída que satisfazia as duas partes, no meu entender fora do âmbito daquilo que era correto e que estava no concurso.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E no contrato.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — E no contrato, pois.

Não me pareceu que fosse correto, e não me parecendo, na minha interpretação, que fosse correto, não tínhamos que pagar *fees* sobre coisas

que não tínhamos feito, e embora tivesse beneficiado era um benefício que não era correto, por isso não tive dúvidas em acabar o meu relacionamento com o consórcio e com a Ferrostaal. Quando saí da Ferrostaal, deixei o consórcio também.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Chamo só a atenção do Sr. Deputado para que, ainda que haja um pequeno lapso na contagem do tempo de alguns uns segundos, em que eu não fui muito rigoroso, de qualquer forma, já terá praticamente esgotado o tempo de que dispunha.

Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Tentarei não ultrapassar 1 minuto, Sr. Presidente.

Sr. Comandante, os representantes de algumas empresas que aqui ouvimos disseram que houve um claro arrefecimento e desinteresse da Ferrostaal no programa das contrapartidas, e muitos deles justificam até o acordo de compensação como um modo de compensar as empresas desse arrefecimento por parte do fabricante. Está de acordo com isto?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Nós estamos a falar nesse caso concreto, Sr. Deputado?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, sim.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — O que sucedeu foi que, tanto quanto me lembro, a possibilidade de exportação de elementos para a construção automóvel estava no auge na altura em que se fez o contrato. E,

portanto, tendo a Autoeuropa começado a funcionar e havendo uma série de empresas a trabalhar nesse sentido, havia que alargar o âmbito para um país fabricante de automóveis, como a Alemanha. Além do mais, a própria Ferrostaal fazia parte de uma *holding*, que era a MAN, e a MAN era, e é, fabricante de camiões; havia também relações muito próximas com a Mercedes, com a Volkswagen e por aí fora. Assim, nasceu aqui a ideia de que era uma saída ótima para os componentes automóveis. Se arrefeceu ou não, tenho de dizer ao Sr. Deputado que, não tendo acompanhado de perto a execução, não sei se houve algum arrefecimento. Mas se houve é capaz de ter sido causado por algum arrefecimento na indústria automóvel, uma vez que houve algumas paragens e algumas fábricas de componentes até fecharam. Portanto, não lhe sei caracterizar a razão de ser disso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, na sua opinião, não pode dizer-se que, no que diz respeito ao cumprimento das contrapartidas, tenha havido um momento a partir do qual a Ferrostaal se tenha desinteressado da realização dessas contrapartidas.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu acho que desinteressado...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Peço desculpa, e isso nada teve a ver com a sua saída da Ferrostaal?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, eu não tenho forma de medir o que se passou a partir de 2005, porque foi um

capítulo da minha vida que fechei; saí, fechei e nunca mais quis saber do problema, arrumei-o.

Portanto, não tenho forma de medir se houve uma atividade muito forte até essa altura e se, depois, houve um decréscimo que coincidissem com a minha saída. Não lhe sei dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, tenho apenas mais três perguntas, muito rápidas. A primeira é a seguinte: o Sr. Comandante teve alguma intervenção, alguma vez reuniu ou colaborou na elaboração do contrato financeiro entre o Governo e o consórcio financeiro que pagou os submarinos?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — O concurso previa financiamento, e no financiamento tentámos estabelecer um sindicato para o efeito, basicamente com bancos alemães ou bancos alemães que tivessem correspondência com bancos portugueses. Seria, digamos, um sindicato luso-alemão.

Desenvolvemos alguns contactos nesse sentido, até com sociedades financeiras em Frankfurt. Mais tarde, fomos informados que o Governo tinha feito um concurso, ou uma escolha de eventuais concorrentes ao financiamento e que seria uma escolha do Governo. Portanto, a nossa atividade de procura do financiamento acabou quando o Governo informou que estava a formatar um sindicato ou uma entidade financeira para o efeito.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, o Sr. Comandante não esteve numa reunião em Londres onde se decidiram elementos importantes entre dois candidatos à operação de financiamento e o Governo português?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, não. Tenho conhecimento de que houve vários... Sobre a decisão e sobre as discussões em Londres só tenho conhecimento do conjunto financeiro que acompanhou as negociações financeiras, que andavam permanentemente entre cá e Londres, mas não tem a ver com escolha, já estavam escolhidos. E, portanto, eram aquelas negociações que é necessário fazer ou discutir entre os delegados que vão às reuniões e a casa-mãe, mas aí já era dentro do que estava visto e decidido com uma entidade financeira.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas quem representava o fabricante, o consórcio nessas reuniões?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Nós tínhamos advogados que acompanhavam todos os contratos feitos pela Ferrostaal e que tinham, portanto, um certo traquejo na parte económica, tínhamos advogados portugueses também e havia os elementos dos bancos intervenientes e os respetivos advogados.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Pode dizer-nos quem eram os advogados da Ferrostaal na questão do processo financeiro?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Da parte da Ferrostaal havia o escritório Vieira de Almeida e os advogados da Ferrostaal, da casa-mãe, alemães.

O Sr. **João Semedo** (BE): — A segunda questão que lhe quero colocar, das três últimas e rápidas questões, é a seguinte: era da sua

responsabilidade a definição, a atribuição e o pagamento de remunerações a colaboradores da Ferrostaal portuguesa, na sequência do seu envolvimento, trabalho e atividade neste processo dos submarinos, ou tudo o que dizia respeito a pagamentos era tratado de outra forma?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu não tinha responsabilidade direta por pagamentos a ninguém para além do pessoal que trabalhava diretamente na Ferrostaal, isto é, o contínuo, a secretária e por aí fora. Nem aos advogados portugueses o pagamento era feito pelo escritório de Lisboa.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, tudo isso era pago pela sociedade-mãe diretamente.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Era pago pela sociedade-mãe, pelo consórcio e por um dos membros da sociedade-mãe.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu tive em conta um momento de menor rigor da minha parte e, já agora, também o facto de o Bloco de Esquerda ser o partido proponente e, portanto, ter seguramente particular interesse nesta audição, mas peço que, se possível, conclua, porque já estamos um bocado para além do tempo e todos os outros grupos parlamentares também quererão fazer perguntas.

Sr. Deputado, peço-lhe, então, que conclua, sendo que haverá ainda uma segunda ronda de perguntas, como é evidente.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Tenho apenas mais uma pergunta, que visa permitir-lhe o esclarecimento de uma notícia um pouco estranha que veio publicada num jornal, e que se refere à possibilidade — digo assim porque a notícia é bastante surpreendente — de lhe ser atribuída a responsabilidade de ter feito um pagamento ao ex-Deputado do PSD Domingos Duarte Lima.

Trata-se de uma notícia pouco desenvolvida e, por isso, quero dar-lhe a oportunidade de nos esclarecer sobre esta questão, porque não me recordo se na altura foi feito algum esclarecimento do jornal ou do Sr. Comandante sobre isto. Mas, de qualquer forma, seguramente que leu esta notícia, que foi publicada em 2012, e, portanto, gostava de lhe dar a oportunidade de esclarecer esta Comissão sobre o que vem referido nesta notícia.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Só posso dizer ao Sr. Deputado que tive conhecimento, provavelmente, através do mesmo jornal da notícia a que se refere. Desconheço absolutamente o Dr. Duarte Lima, nunca o vi, e a jornalista que escreve a notícia é pessoa que também nunca encontrei na minha vida. Portanto, desconheço isso absolutamente e acho que não vale a pena perder tempo com aquilo que não me incomoda.

Não me incomodou nada a notícia. Notícias há tantas... Portanto, não me senti nem mais forte, nem mais fraco com esse tipo de notícias. Têm sido tantas as notícias que saíram nos últimos anos sobre os submarinos que se fizesse uma seleção 90% era para deitar fora e 10% para aproveitar.

O Sr. **Presidente**: — Não sou eu que tenho de perguntar, é o Sr. Deputado, mas devemos concluir que a notícia é falsa, não é?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não sei...

O Sr. **Presidente**: — Do seu ponto de vista.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Do meu ponto de vista é falsa, mas estou à espera do julgamento, porque fui apontado pelo Dr. Duarte Lima ou pela jornalista, penso, para ir ao julgamento que está a decorrer sobre este assunto, que já foi adiado duas ou três vezes, mas eu continuo a aguardar o julgamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Agora vou mesmo concluir, e a conclusão é simples: quero agradecer ao Sr. Comandante os esclarecimentos e dizer que voltaremos para uma segunda volta, se for necessário. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, sem querer, obviamente, prejudicar o partido que se segue nesta ronda de perguntas, que é o Partido Social Democrata, quero só dar nota de uma situação.

Srs. Deputados, tendo a Comissão de deliberar sobre um conjunto de requerimentos, registei, no final dos trabalhos da manhã, uma dificuldade, que é a ausência nesta audição do Deputado coordenador do Partido Socialista, sei que, a partir de certo momento, também teremos a ausência do Deputado coordenador do Bloco de Esquerda — estou a referir-me, obviamente, aos Srs. Deputados José Magalhães e João Semedo — e não está presente também, neste momento, o Deputado coordenador do Partido Comunista Português. No entanto, pedia aos Srs. Deputados que fossem

ponderando sobre qual será o momento ideal para tomarmos uma decisão quanto a esses requerimentos, sendo que ela só poderá ser tomada, na minha opinião, hoje, ou no intervalo das duas audições ou no final da última audição.

Se os Srs. Deputados entenderem que não é possível tomar as decisões hoje, teremos, eventualmente, de convocar expressamente uma reunião para amanhã. Estando previstos trabalhos do Plenário para a tarde, penso que a reunião só poderá ser antes disso, até porque se trata de um Plenário com Orçamento retificativo, provavelmente com avocações, cuja hora de término não é exata nem previsível.

Portanto, Srs. Deputados, é esta a situação que quero deixar-vos, agora, para ponderação e até ao final da audição decidiríamos, então, qual o melhor momento para tomar essas deliberações. Se os Srs. Coordenadores que aqui estão presentes, ou os outros Deputados, quiserem falar entre si para depois me transmitirem qual a sua ideia sobre este assunto, agradecia, se não, voltarei a perguntar no fim da audição.

Peço desculpa, mas eu tinha de chamar a atenção para este facto, que acho que tem de ser objeto de ponderação.

Sr. Comandante, o partido seguinte nesta ronda de perguntas é o Partido Social Democrata.

Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro, tem a palavra, dispondo também de 10 minutos.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Desde já, quero cumprimentar e saudar o Comandante Gil Corrêa Figueira por vir à Comissão de Inquérito prestar mais esclarecimentos.

Começo por fazer referência a algumas questões que o Deputado João Semedo colocou para precisar melhor alguns momentos e para nos enquadrarmos melhor, depois, nas conclusões desta Comissão de Inquérito.

Uma das questões abordadas pelo Sr. Deputado João Semedo foi a da redução do número de submarinos. Pergunto se, anteriormente, já alguma vez tinha sido posta esta questão, de reduzir o número de submarinos, antes desta efetivação.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Que fosse do meu conhecimento, não.

Falou-se das dificuldades financeiras, pôs-se um pouco em causa se o programa dos submarinos e o concurso seguiriam, mas sempre no âmbito do «diz-se» ou «parece que». Até que a certa altura fomos confrontados com a decisão da redução, ficando a aquisição do terceiro submarino em aberto para, no prazo de um ano, ser tomada uma decisão a nível governamental.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — E quanto à evolução ou mudança do modelo de submarinos, lembra-se em que ano ela ocorreu? Já que, às vezes, nas datas não tem tanta precisão, lembra-se pelo menos do ano?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr.^a Deputada, não houve um ano definido para a mudança. Quando começaram as discussões técnicas com o Governo português os submarinos já foram apresentados no seu aspeto final. Portanto, não houve uma altura em que se tenha mudado.

Quando se começou a discussão técnica, com a equipa técnica da Marinha, já era referente ao submarino a que nós chamávamos 209-A, portanto, todo o contrato, toda a discussão até ao contrato foi feita sempre nessa base. Aliás, quero dizer o seguinte: o submarino não mudou como submarino, apenas foi considerada uma mudança na silhueta no que diz respeito à torre do submarino, que, como é evidente, foi tornada mais aerodinâmica e mais atualizada. Mas, no resto, o submarino era o mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Passando agora a outras questões, sabe-se que o contrato de contrapartidas foi alterado na véspera da assinatura. Sabe porque é que foi feita essa alteração?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Saber, não sei. Sei o que é que foi mudado, mas saber não sei e nunca ninguém o justificou. Aliás, corria a informação de que, depois do contrato assinado, se voltaria a ter uma discussão para agilizar o contrato. E devo dizer que o contrato, até às seis e meia da manhã do dia da assinatura, não estava decidido, e isso devido à mudança que tinha sido introduzida.

Às seis e meia da manhã foi-nos dito: «Avançamos assim porque, depois, seremos chamados, provavelmente, a retificar aquilo que não está em concordância». Eram 10 horas da manhã, o contrato era assinado às 11 horas... esta foi a justificação dada. Nunca houve essa reunião posterior, foi considerado que já estava assinado, estava assinado...

De qualquer forma, a mudança prejudicava, por um lado, um dos parceiros das contrapartidas e não beneficiou, como está provado, o outro parceiro para o qual foram deslizadas as contrapartidas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr.^a Deputada, por favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Mas pergunto, mesmo não tendo conhecimento, qual foram as partes que pretenderam essa alteração. E desde já eu diria que pode não o ter sido para um dos lados que iria dar essa compensação de contrapartidas, mas, se calhar, para o interesse público essa contrapartida seria melhor do que a outra. Concorda ou não?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Devo dizer que discordo, porque as contrapartidas estavam equilibradas dentro da capacidade que o consórcio tinha de responder às mesmas — uma parte centrava-se na Lisnave, outra parte em Viana do Castelo.

Quanto a Viana do Castelo, em janeiro ou fevereiro de 1998, foi-nos transmitido — uma vez que colocávamos navios em construção em Viana do Castelo — pelo Ministro Pina Moura a sua preocupação quanto à indústria naval e que havia necessidade de encontrar uma solução para Viana do Castelo. Nós, que conhecíamos bem Viana do Castelo pelo número de navios que lá tínhamos colocado, e que colocámos até 2009, éramos, evidentemente, uma parte interessada nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Punha-se também o problema de trazer o *apport* na parte militar, na parte naval. Era, realmente, uma proposta aliciante.

Há uma resolução do Conselho de Ministros sobre a reformulação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a que se chamou Viana Yard. A Viana Yard tinha uma participação do próprio Estaleiro de Viana do Castelo e de duas ou três empresas convidadas na altura, a Ferrostaal e a MPC. Portanto, trabalhámos durante dois anos, de acordo com essa

resolução do Conselho de Ministros, nesse apoio e transformação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Inclusivamente, arranámos financiamento para a alteração do *layout* do próprio Estaleiro, modernizando-o e tornando-o mais ágil. Para além do mais, trazíamos *apport* técnico para o Estaleiro.

Esse estudo foi entregue em outubro de 2000, creio, ao Ministro da Economia. Entretanto, isso coincide com a queda do Governo, tivemos ali um hiato e nunca mais foi retomado esse estudo. Portanto, a nova empresa chamada Viana Yard, que tinha a participação de Viana do Castelo e dos três convidados para serem parceiros ou *chairholders* dos Estaleiros, nunca foi avante. Foram dois anos de trabalho perdido, muito dinheiro, estatutos feitos, *due diligence* feito, tudo e mais alguma coisa, mas ficou pelo caminho. O resultado, aliás, é bem conhecido aqui nesta Casa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr.^a Deputada, por favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Houve já uma comissão de inquérito sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, não é isso que estamos aqui a discutir, por isso passo para outra questão.

Além de ter sido representante da Ferrostaal em Portugal, também foi consultor desta empresa através da empresa MPC Marine. Confirma?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr.^a Deputada, não percebi bem a sua pergunta.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Além de ser representante da Ferrostaal Portugal, ou gerente, também foi consultor para a Ferrostaal através da empresa MPC Marine. Confirma?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, não confirmo. Depois de ter deixado a Ferrostaal, em 2005, é que, em 2006, fui convidado pela MPC Marine.

No período de 1998 até 2006 a MPC participou em Viana do Castelo na construção de navios, colocou cerca de 50 navios em Viana do Castelo. O meu conhecimento com a MPC vem através de Viana do Castelo e a minha participação como consultor acontece a partir de 2006. Enquanto estive na Ferrostaal não fui consultor, fui 100% funcionário da empresa e nada mais.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Ou seja, a partir de 2006, mesmo estando na MPC Marine, nunca prestou consultadoria à Ferrostaal.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu fechei o capítulo Ferrostaal em agosto de 2005.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Há um aspeto que já foi falado anteriormente mas que eu gostava que explicasse novamente: em sua opinião, qual poderá ter sido a causa para que as contrapartidas tivessem um grau de execução inferior a 40% na altura em que saiu, em 2005?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — As contrapartidas são um processo complicado e do qual eu discordo. Discordo, sobretudo, que se faça um negócio determinado e que se peça como contrapartidas o mesmo valor do negócio. Se eu vou vender um produto por 1000 e depois tem de ser compensado em 1000 não me parece que seja negócio.

As contrapartidas tinham nascido — não nasceram com os submarinos, é um processo que já vem de trás —, sobretudo nos produtos militares, para que pudesse haver uma colaboração com o cliente na aquisição de novas tecnologias para as quais não estava preparado e que traziam ao cliente — Força Aérea, Marinha ou qualquer coisa do género — encargos adicionais ao produto que ia comprar. Portanto, a contrapartida funcionava como compensação daquilo que o cliente precisava para absorver as novas tecnologias.

No caso dos submarinos, às tantas, foi introduzida — não estava no caderno de encargos — uma orientação específica para a Marinha, da qual resultou apoiar a esquadria dos submarinos nas suas infraestruturas, por exemplo, para a manutenção dos periscópios, para baterias, entre outros, que os antigos submarinos não tinham, que não fazia parte da estrutura.

Portanto, a aquisição destes submarinos trazia novos encargos à própria esquadria e à Marinha. Então, foi pedido que o concorrente apresentasse um conjunto de contrapartidas que se inserissem nas necessidades da Marinha, especificamente nos submarinos ou no Arsenal do Alfeite, na altura, porque havia também que pensar na manutenção dos submarinos e onde fazer a manutenção dos submarinos.

Esse era, portanto, o meu entendimento de contrapartidas. Tudo o resto era, para mim, uma fantasia — exportar, ajudar a exportar, etc. Ou os próprios tinham capacidade para isso e nós podíamos dar uma ajuda lá

fora... Disponibilizámos, a certa altura, os nossos 67 escritórios a nível mundial para servirem de apoio à indústria nacional e nunca foram aproveitados. Nem na Venezuela, nem noutros locais. Era uma ajuda importante, porque para um País que não tem as estruturas montadas, como nós tínhamos montadas desde a Indonésia, à Austrália, às Américas e a toda a América Latina, esta era uma oferta que, penso, qualquer pessoa aproveitaria, mas isso nunca foi aproveitado.

Quando fomos convidados a entrar em Viana do Castelo, pretendíamos que isso fosse uma contrapartida e foi recusado. Nós fomos até ao fim com a ideia de «tomar» Viana do Castelo e lamentámos sempre não o poder ter feito, porque a qualidade da construção de navios de Viana do Castelo era muito boa, de tal maneira que, em pouco mais de uma década, foram construídos aqui 50 navios para armadores alemães, quando podiam tê-los feito na Alemanha, onde a tecnologia alemã naval é também muito boa. É evidente que aqui havia o fator preço, mas de qualquer forma, enfim, era o reconhecimento da tecnologia, da capacidade tecnológica, do trabalho e da mão-de-obra na indústria naval. Mas isso são outros problemas...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — O Sr. Comandante, em sua opinião, é mais apologista das contrapartidas diretas e não das indiretas. É isso que está a dizer, e já tivemos nesta Comissão de Inquérito outras pessoas que também o disseram. São opiniões que devemos respeitar.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — A minha opinião não vingou!...

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Já hoje aqui admitiu — e o Sr. Deputado João Semedo também referiu este aspeto — a questão da pressão chantagista durante a execução das contrapartidas de negócios. Levantou um pouco o véu sobre como era essa pressão exercida, mas não ficou muito claro. Peço-lhe que me esclareça quem realmente fazia essa pressão, quem é que lhe fez essa pressão.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Quem me fez a pressão foi a ACECIA. A ACECIA é que fez a pressão para que se executasse o pagamento do *fee* das contrapartidas. Isso, aliás, já foi dito em tribunal, o meu depoimento foi nesse sentido.

A ACECIA insistia porque estava atrapalhada, porque havia um compromisso, um acordo feito e não estava a ser efetuado o pagamento. Ele estava a ser pressionado por outros elementos nesse sentido e, portanto, envia-me um *email* para, como representante da Ferrostaal — com quem eu tinha tido reuniões anteriores — e como representante do consórcio, interferir na Alemanha pela execução desse contrato que tinha sido feito entre o Departamento de Contrapartidas e a ACECIA.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — E quem era esse interlocutor da ACECIA?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Era o próprio Presidente da ACECIA. Já faleceu, mas, na altura, era o próprio Presidente da ACECIA.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Uma das acusações é a de que o consórcio GSC nunca teve vontade de cumprir a maioria das contrapartidas — isto é o que consta e já foi também muito falado —, uma vez que a Ferrostaal era irresponsável pela execução do contrato de contrapartidas dos submarinos em Portugal.

Também não devemos esquecer que foram levantadas várias suspeitas de que as empresas que compunham a ACECIA aproveitaram negócios já existentes para que fossem aceites como contrapartidas, ou seja, fazendo crer que se tratava de negócios novos.

Sr. Comandante, em sua opinião — e, há pouco, o Deputado João Semedo também já se referiu a isto —, acha que podemos considerar que são negócios fictícios?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Está a referir-se ao pacote dos negócios? Não, penso que os negócios não eram fictícios, na altura, eram reais. Mas fazer um negócio em 1998 para lhe dar cumprimento a partir de 2004, isso, é que torna, para mim, completamente inviável a respeitabilidade do contrato. Porque muita coisa mudou entre 1998 e 2004, e se há coisas que em 1998 eram ótimas como negócio, nessa espera de seis anos para dar início a esse negócio há até empresas que fecham, que foram à falência; quer dizer, não me parece correto.

O espaço de tempo decorrido e a responsabilidade assumida, acho que isso não pode ser assumido por quem vai fazer as contrapartidas e não satisfaz a quem se compromete a servir-se das contrapartidas para aumentar o seu negócio. É um espaço muito grande, são seis anos!... Fazer um contrato para exportar sapatos daqui a seis anos?!... Está agora num pico, mas sei lá como é que estará daqui a seis anos! E se pensarmos na indústria naval, ela anda sempre aos altos e baixos, é crónico.

Portanto, não me parece que isto seja forma de fazer contratos de contrapartidas. E, provavelmente, o arrefecimento vem por fatores diversos: nuns casos porque os próprios fornecedores se desinteressaram ou até foram à falência; noutros casos porque as condições de negócio também se alteraram face à altura em que foram propostos. Aliás, na Direção-Geral de Equipamento, eu tinha sugerido que não houvesse contratos a não ser na altura da *shortlist* e que até lá houvesse memorandos de entendimento, porque o contrato, na minha interpretação, traz um compromisso de parte a parte mais sério que um memorando de entendimento. Portanto, fazer contratos para serem executados daí a seis anos não sei se tem muita lógica. Mas continua a ser uma opinião pessoal.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Paulo Simões Ribeiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Não deve ter compreendido bem a minha questão. O que eu lhe perguntava era se esses negócios já tinham acontecido, e não se iam acontecer.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, não. No caso da ACECIA, só uma percentagem pequena dos 600 milhões tinha sido executada, portanto, havia ainda muito negócio para ser feito.

Entretanto, na altura, a indústria teve também um arrefecimento e, portanto, talvez tenha havido aqui uma coincidência, agora não posso precisar, com o momento do arrefecimento da indústria automóvel — e estou a referir-me ao negócio da ACECIA — que não tem nada a ver com o que se passou antes.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Já entendi que considerava que as contrapartidas não deviam ser utilizadas para negócios que iriam ser executados no futuro e que abordou a questão da *shortlist*.

Em relação ao acordo de compensação entre a ACECIA e a Ferrostaal, este acordo também estava relacionado com as comissões que a Escom iria receber?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não faço ideia. Não conheço o acordo, não assisti à negociação e fui apanhado de surpresa pelo tal *email* da ACECIA, vim a saber, nessa altura, que tinha sido feita uma negociação entre a ACECIA e... Portanto, não conheço e, como lhe disse há pouco, de imediato resolvi cessar a minha colaboração.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Então, o que me está a dizer é que nunca participou nessas reuniões entre a ACECIA e a Ferrostaal?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, eu assisti às reuniões iniciais na ACECIA aquando da formulação do contrato; em relação à execução do contrato, não.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Dessas reuniões iniciais pré-contrato existem atas, que também já aqui foram algumas vezes referidas.

Tem conhecimento de quem é que ficava na posse dessas atas e de quem estava presente nessas reuniões? Era importante saber se estavam presentes todos os representantes da ACECIA ou não.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — O Presidente da ACECIA tinha uma presença permanente. Da nossa parte, iam um ou dois dos nossos colaboradores da Alemanha e, nalgumas reuniões, estive a Escom, representada por Miguel Horta e Costa. E digo «nalgumas» porque essa presença não era sistemática, podia estar como podia não estar.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Nessas reuniões em que estive presente, teve noção se, depois, foram feitas exigências pela ACECIA que não estavam previstas no contrato de contrapartidas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não tenho ideia.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Outra das minhas dúvidas, e penso que também da maior parte dos Srs. Deputados, é esta: em sua opinião, os negócios da ACECIA objeto das contrapartidas realizar-se-iam com ou sem contrato com o GSC para aquisição de submarinos? Ou seja, tendo ou não o GSC sido vencedor, a ACECIA, de qualquer forma, mais dia, menos dia, poderia ter feito estes negócios?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu julgo que, mesmo sem haver contrapartidas ou submarinos, podia ter beneficiado do conhecimento e da intervenção da Ferrostaal na indústria automóvel alemã, em que é fornecedora. Portanto, conhecendo e sendo fornecedora da indústria automóvel alemã poderia, nalgumas áreas de componentes, ser benéfica para a ACECIA.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Também já aqui foi abordada anteriormente, pelo Deputado João Semedo, a questão de quando é que teve noção de que o consórcio GSC iria ganhar o concurso para a aquisição dos submarinos. Disse-nos que, aquando da abertura das propostas, teve noção de que o mais provável era que o vosso consórcio fosse ganhar.

Esta questão não foi abordada de outra forma ou não houve alguém que o tenha abordado dando-lhe a certeza absoluta, naquele intermédio, desde a abertura da proposta até à confirmação?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, eu não tenho conhecimento.

A abertura da proposta BAFO foi altamente decisiva para ficarmos convencidos de que a nossa proposta tinha melhorado face à fase anterior, em que o preço alemão era mais elevado do que o preço francês.

Acontece que a empresa francesa construtora de submarinos tinha beneficiado, durante muitos anos, de parte do orçamento dos diversos ramos das forças armadas. No ano anterior à BAFO foi discutida no Parlamento francês a questão da ajuda dada pelos ramos — marinha, força aérea e exército — à DCN e daí resultou que foi cortada toda e qualquer ajuda à DCN a partir dos orçamentos dos ramos. Isto veio a público, veio nos jornais, foi uma discussão muito árdua. Assim, havia uma coisa que nós, à partida, pressentíamos: o preço que estava na abertura da proposta não seria, certamente, o mesmo que iria estar na BAFO, na medida em que o suporte que ia dos ramos para a DCN tinha sido cortado e, portanto, teria de haver uma atualização de preço na proposta francesa.

No nosso caso, resolvemos apresentar o mesmo preço. Negociámos com os fornecedores manter o preço, negociámos no estaleiro um congelamento de salários durante a construção dos submarinos e, portanto, não mexemos no preço. A diferença de preço entre a Alemanha e a França naquela altura resulta de uma atualização de preço dos franceses relativamente aos alemães.

Portanto, essa diferença de preço e ainda o facto de estarmos a falar de um protótipo — aliás, foi considerado em muitos locais inadmissível aceitar um protótipo num concurso desta natureza, ou de qualquer tipo de equipamento militar — dava-nos um certo conforto, o que não queria dizer que estava ganho. Tivemos de aguardar até setembro, julho, pela resolução do Conselho de Ministros para termos a certeza, para ficarmos aliviados. E ainda houve alguns sustos, uma vez que a ministra da defesa francesa veio duas vezes a Lisboa tentar anular essa decisão do Conselho de Ministros. Isso é público, veio nos jornais, portanto não é nada que não seja do conhecimento público.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Também já nos disse aqui que os advogados portugueses que acompanharam o processo pertenciam à empresa Vieira de Almeida. Foram só estes consultores que acompanharam todo o processo, na fase pré-contratual e contratual, para além, claro, dos juristas da própria Ferrostaal, ou houve outros juristas, outras empresas a prestarem consultadoria à Ferrostaal?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não tenho ideia de outros juristas, a não ser que no grupo Vieira de Almeida alguns dos juristas viessem de fora. Mas este processo foi sempre encabeçado pela sociedade Vieira de Almeida e eram pessoas trazidas ou acompanhando advogados da Vieira de Almeida. Não posso precisar mais a minha resposta.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Para terminar, há uma outra questão que eu gostava que fosse também afluída: alguma vez reuniu com o grupo de trabalho do programa de aquisição de submarinos?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Está a falar do grupo de trabalho militar? Eu acompanhei os grupos de trabalho, quer o militar, quer o das contrapartidas; acompanhei o grupo, estive presente...

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Estou-me a referir à Comissão do PRAS (Programa Relativo à Aquisição de Submarinos), perguntei se acompanhou esse grupo de trabalho.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sim, acompanhei algumas reuniões com a Direção-Geral do Equipamento, as reuniões técnicas.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Ou seja, nesse âmbito só discutiam o concurso, o processo de aquisição dos submarinos.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — E a parte técnica, também.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — A parte técnica dos submarinos, não das contrapartidas.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, não. Havia dois grupos. Havia o grupo técnico das contrapartidas, o grupo... já não me lembro como é que se chamava... Assisti a reuniões dos dois grupos e acompanhei mais de perto as reuniões técnicas. Mas assisti às duas. Não diria que assistisse a 100%, mas assisti a muitas reuniões.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Não tenho mais nenhuma questão. Quero, desde já, agradecer os seus esclarecimentos, Sr. Comandante.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Terminada a intervenção do Partido Social Democrata, segue-se o Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comandante, saúdo-o e congratulo-o por ter referido que a sua memória era uma memória de elefante, o que, seguramente, irá contribuir para prestar alguns...

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Já não é!...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Será um elefante mais pequeno, não obstante um paquiderme!...

Começo precisamente por lhe recordar, Sr. Comandante, as declarações que prestou no dia 27 de novembro de 2012 — portanto, não foi assim há tanto tempo — quando, na qualidade de testemunha, compareceu no Tribunal de Varas Criminais de Lisboa e declarou ter assistido, ou participado numa reunião, que não foi agradável, durante a qual Miguel Horta e Costa — então consultor da Escom, empresa do Grupo Espírito Santo contratada para angariar clientes para as contrapartidas — disse que a ACECIA estava a querer vender faturas como se fossem contrapartidas realizadas.

O Comandante Figueira admitiu que a ACECIA exerceu pressões chantagistas — é uma citação — junto da Ferrostaal para que os alemães pagassem comissões, apesar de não estarem previstos quaisquer pagamentos no contrato celebrado, uma vez que a ACECIA representava as empresas que eram beneficiárias diretas das contrapartidas.

A testemunha, ou seja, o Sr. Comandante, admitiu ainda que isso não impediu a ACECIA de fazer chantagem com a Ferrostaal, dizendo que, se não cumprissem com os pagamentos, denunciaria a situação dizendo a verdade sobre as falsas contrapartidas à Comissão Permanente de Contrapartidas.

Ora, as minhas perguntas são as estas: o que é que lhe foi dito exatamente então pela ACECIA? O que é que a ACECIA pretendia dizer com «a verdade sobre as falsas contrapartidas»? E por que razão essas pressões eram pressões chantagistas?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, isso refere-se justamente a algo de que se tem estado aqui a falar — o *pré-offset*.

Eu já tive ocasião de dizer, em resposta ao Sr. Deputado João Semedo, que as contrapartidas a que se refere a ACECIA não tinham tido intervenção direta do consórcio, portanto, foram passadas ao consórcio. E a ACECIA, mais tarde, achou que devia ser compensada, digamos assim, por ter havido uma ajuda da sua parte na execução das contrapartidas, nas contrapartidas que foram executadas pela ACECIA sem intervenção do consórcio. E, portanto, para ser compensada negociou o tal acordo na Alemanha, que eu tive conhecimento através do *email* que ele me enviou para eu intervir junto da Alemanha no sentido de fazerem o pagamento das *fees*.

Quanto às pressões chantagistas, foi-me dito na altura: «Pois é, mas se vocês não pagam, pomos cá fora o problema!...» Mas o problema não é meu, eu não negocieei nada, sou contra... Já expliquei que era contra esse tipo de negociação ou de arranjo, portanto não me afetou.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Penso que o Sr. Comandante foi particularmente claro. Aliás, hoje de manhã, tive oportunidade de confrontar um representante da ACECIA, o Dr. António Jacinto, com essas suas declarações, que me referiu que as suas declarações eram falsas, completamente falsas.

Obviamente, somos agora confrontados com o seu depoimento, que, aliás, é consentâneo com o que prestou em tribunal na qualidade de testemunha. O Dr. António Jacinto é arguido nesse processo e, portanto, é perfeitamente livre de se pronunciar sobre o mesmo nos termos que entender. Mas eu concludo — e contrariar-me-á se assim não for — que, na opinião da testemunha Gil Corrêa Figueira, a pretensão do Ministério Público de que houve contrapartidas que foram carreadas a esse título para dedução naquilo que era devido pelo consórcio o foi, em parte, de modo ilegítimo e, portanto, nessa exata proporção, a lesar os interesses do Estado.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Faça favor, Sr. Comandante.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, desculpe, mas pedia-lhe que repetisse a parte final da sua pergunta.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Importa-se de repetir a parte final da sua questão, Sr. Deputado?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Mais do que uma pergunta eu pretendia obter a sua anuência quanto a uma conclusão — porque, ao contrário de outros Srs. Deputados, eu não quero tirar conclusões, mas espero que elas possam ser retiradas dos depoimentos. É que o Ministério Público, como sabe, aliás, por isso é que foi prestar depoimento, acusou vários cidadãos e várias empresas de burla qualificada e falsificação de documentos, precisamente por ter sido carreado a título de contrapartidas algo que não foi efetivamente feito com essa natureza. Portanto não estamos a falar de faturas falsas, é bom precisar. As operações ocorreram,

não há é uma relação causal com a intervenção do consórcio e, portanto, quando foram contabilizadas a esse título foram-no de modo ilegítimo. Deste modo, o Ministério Público tem razão, na opinião da testemunha.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Aliás, Sr. Deputado, eu já tinha feito referência a isso em resposta a perguntas que aqui me foram feitas. O Sr. Deputado está a pedir-me para reconfirmar algo que eu já disse aqui e que também disse em tribunal.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Da minha parte, considero arrumada a questão sobre a ACECIA, está esclarecida.

Agora, vou colocar-lhe uma questão sobre outra matéria, que tem a ver com as relações com a Escom.

Há pouco, o Sr. Comandante, quando lhe foi perguntado se foi a Ferrostaal a contactar a Escom, ou se foi a Escom a contactar a Ferrostaal, respondeu «fomos contactados pela Escom». A minha pergunta muito concreta, muito precisa, é esta: qual foi o primeiro momento — tanto quanto conseguir precisar — em que foi contactado vez pela Escom?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Penso que já o referi aqui, foi em 1997, a seguir à apresentação que foi feita pelos diversos construtores de submarinos ao Ministério da Defesa.

Era uma altura em que a Lei de Programação Militar estava a entrar em efetividade no que diz respeito ao concurso dos submarinos, foi feita a apresentação por vários construtores de submarinos e, algum tempo depois, não sei se em maio ou se em junho, agora não posso precisar, o Sr. Miguel Horta e Costa contactou-me. Mostrou ter conhecimento sobre os construtores de submarinos em geral e sobre os submarinos ingleses que

estavam construídos à espera de encontrar cliente. Como as contrapartidas iam ser um fator no contrato e a Escom tinha experiência nesse campo — não de contrapartidas, mas de negócios, exportações, etc. —, ele vinha apresentar a Escom como um potencial colaborador da Ferrostaal, ou do consórcio mais propriamente dito.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Comandante. Portanto, é claro: foi a Escom que se apresentou à Ferrostaal. Aquilo que lhe pergunto é se, no modo de abordagem da Escom à Ferrostaal, alguém recomendou a Escom ou se foi a Escom que se autorecomendou e em que termos, quer num caso, quer noutro.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Como eu também já aqui disse, em 1997 chamámos a atenção que o problema das contrapartidas era um problema delicado para ser executado, porque, na altura, havia cinco concorrentes, se a memória não me falha, e todos os concorrentes teriam de apresentar na sua proposta as contrapartidas. Ora, o País não é tão rico em áreas que pudesse satisfazer cinco concorrentes, daí termos sugerido que fosse feita uma espécie de listagem acerca das áreas e indústrias que poderiam ser contactadas e que tivessem capacidade de resposta.

Quando apareceu o Sr. Miguel Horta e Costa... A mim não me foi recomendado, telefonou-me, apresentou-se como Miguel Horta e Costa, disse que gostava de falar comigo. Disse-me: «Eu sou consultor da Escom...» — penso que foi assim que ele se apresentou — «... a Escom tem esta experiência e tal...» E, depois, tivemos uma apresentação da Escom, mas não houve uma recomendação específica da empresa. Nós tínhamos outros contactos, inclusivamente, a Tradimport e outras empresas

da área de *trade*, e não tínhamos especificamente uma apresentação ou alguma pressão para seguirmos com a Escom, na altura em que foram feitos os contactos.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Comandante, há pouco, já não me recordo a que propósito, foi-lhe perguntado quem eram os advogados da Ferrostaal. Já disse que era uma sociedade de advogados de Lisboa. Ficámos a saber pelo Sr. Miguel Horta e Costa que a sociedade de advogados que representava a Escom era a mesma sociedade de advogados que, pelos vistos, representava a Ferrostaal.

Aquilo que lhe pergunto é se sabia, porque penso que terá desenvolvido relações contratuais com a intervenção de advogados, que os advogados da Ferrostaal eram os mesmos da Escom.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Quando fomos contactados pela Escom e quando discutimos o *draft* de contrato eventual para as contrapartidas os advogados da Escom não eram da Vieira de Almeida; nessa altura, Cruz Martins e não sei quem mais é que eram os advogados da Escom. Pode ser que *a posteriori*, mais tarde, viessem a ser advogados da Escom, mas não foram esses advogados que se apresentaram na altura em que se discutiu aquilo a que chamo um *draft* de contrato de contrapartidas. E até houve reuniões com esses advogados, mas não...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Comandante, portanto, depõe nos termos...

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, isto, que seja do meu conhecimento e com a minha intervenção!...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Certo, mas estou a ler aqui a transcrição das declarações do Sr. Miguel Horta e Costa, que diz o contrário. Portanto, era suposto ele saber quem eram os seus próprios advogados, mas está esclarecido nesses termos.

Vou fazer-lhe uma pergunta muito direta, porquanto, apesar de ter dito à saída do tribunal — do julgamento das contrapartidas — que, não obstante ter sido gerente da Ferrostaal em Portugal durante mais de 20 anos, nunca foi chamado pelo DCIAP para ser ouvido no âmbito do processo que correrá termos sobre a aquisição dos submarinos, a verdade é que — a dar como verdadeiras as notícias sobre a tramitação desse processo, que fatalmente acabam por sair — haverá indícios que parecem apontar para uma imposição da presença da Escom como intermediário desejado por representantes do Estado português no negócio dos submarinos.

Aquilo que muito claramente lhe pergunto é se alguma vez viu por parte de algum representante do Estado, seja ele qual for, alguma vontade ou alguma manifestação de interesse em que a Escom fosse assessora da Ferrostaal.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu nunca recebi qualquer pressão de ninguém para a Escom ser, ou não, parte das contrapartidas. Não lhe posso dizer se por outras vias ou por outra forma qualquer houve pressão, que eu tenha conhecimento, não.

Relativamente aos meus colegas, aos que vieram, depois, executar as contrapartidas, não faço ideia se houve alguma pressão ou não.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Muito obrigado. Essa resposta é claríssima; o Sr. Comandante fala por si, não fala por terceiros, portanto, é perfeitamente claro.

Há pouco, a instâncias da Sr.^a Deputada, creio, referiu que saiu da Ferrostaal em 2005 por ocasião dessa relação, desses *emails* — escuso-me a repetir essa questão —, mas foi-nos referido pelo Sr. Miguel Horta e Costa que a Escom abandonou a relação com a Ferrostaal também por essa altura.

O que lhe pergunto, uma vez que foi representante da Ferrostaal durante tanto tempo e teve relações com a Escom durante tanto tempo, é se confirma que foi nesta altura que a Escom cessou essa relação e se sabe por que razão é que a cessou.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Devo dizer que desconhecia aquilo que o Sr. Deputado afirmou, que Escom abandonou ou cortou com a Ferrostaal, ou com o consórcio, no que diz respeito às contrapartidas. Até eu sair, não o tinha feito, portanto não sei quando é que cortou, nem sabia que tinha cortado. Mas, como eu disse, em agosto de 2005 fechei o capítulo Ferrostaal e consórcio, não me interessei mais por aquilo que se passava. Portanto, não tenho ideia desse corte, nem sequer sabia disso.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Comandante, para terminar a questão da Escom nesta inquirição, sabemos que a Escom recebeu da Ferrostaal entre 25 a 30 milhões de euros. De resto, se souber precisar a quantia ajudar-nos-á, porque até o próprio montante exato está por determinar. O que lhe pergunto muito diretamente é que trabalho foi desenvolvido pela Escom capaz de justificar uma remuneração desta ordem

de grandeza. Ou seja, 30 milhões ou 25 milhões de euros é muito dinheiro para aparentemente nada ou muito pouco. Qualquer consultora de «vão de escada» faria um trabalho relativamente parecido, ou pelo menos não tão díspar em termos da remuneração quanto este. Portanto, qual é a justificação que encontra para uma remuneração desta ordem de grandeza?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, já tive ocasião de dizer que desconheço o contrato celebrado entre a Escom e a Ferrostaal. Tive conhecimento apenas de um *draft*, que depois, mais tarde, quando o concurso foi lançado, terá sido aperfeiçoado entre a Escom e a casa-mãe. Portanto, não sei os termos em que foi posicionada a recompensa, qual o pagamento ou *fee* que teria sido pago ou em que estaria envolvida a Escom, nem qual o trabalho que estava previsto essa empresa desenvolver. Em princípio, seria o trabalho relativo aos participantes na parte das contrapartidas trazidos pela Escom, mas não sei nem valor, nem percentagem; a única ideia que eu tenho, a partir do *draft*, é que seria sobre o valor total da transação.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr. Deputado, chamo a sua atenção para o tempo, pois já só lhe resta 1 minuto. Ser-lhe-á dada a devida tolerância, como sempre, mas queria deixar-lhe esta nota.

Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — O Sr. Comandante já referiu que não conhece o contrato, certíssimo, portanto, reformulo a pergunta. Então, noutros termos, não conhece o contrato, mas conhece o trabalho desenvolvido pela Escom e, portanto, a pergunta que lhe coloco — atenta a sua experiência, que decorre, aliás, também da idade, mas, obviamente, dos

méritos que terá na área — é se, confrontado com a informação de que a Escom recebeu 30 milhões de euros, esse valor não lhe parece estranho.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, a resposta a essa pergunta só podia ser dada com mais correção e veracidade pelos executores da Ferrostaal nas contrapartidas, porque esses é que acompanharam o dia-a-dia das contrapartidas a partir do contrato.

Eu não tenho uma noção clara, ao longo da execução do contrato, de qual terá sido a intervenção direta da Escom relativamente à execução das contrapartidas, nem sei se o *fee*, ou não *fee*, se limitava às contrapartidas ou não. Não posso dar-lhe uma informação ou um testemunho sobre se o que foi feito pela Escom mereceria, ou não, o valor que se diz ter-lhe sido atribuído.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Comandante já referiu que saiu da Ferrostaal e que, portanto, fechou esse capítulo da sua vida em agosto de 2005. Sucede que, em 23 de janeiro de 2003, a entidade para a qual trabalhava, a Ferrostaal, celebrou um contrato de consultoria com o Sr. Jürgen Adolff, Cônsul Honorário de Portugal, que recebeu 1 647 200 € (este pormenor dos 200 € deve ter sido para arredondar qualquer conta...), cuja última *tranche* foi paga em abril de 2005, portanto quando ainda trabalhava nessa empresa.

Pergunto-lhe se conheceu o Sr. Jürgen Adolff e se, de algum modo... Bem, a segunda parte da minha pergunta decorre, obviamente, da resposta que me der à primeira — sobre se o conheceu —, porque para receber 1 647 200 € alguma intervenção muito relevante teve no negócio, visto que recebeu a título da venda de submarinos a Portugal.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu conheci o Cônsul Honorário Adolff em Munique, numa altura em que passei por Munique e que tive de mudar de avião. Ele queria conhecer-me porque sabia que eu era muito amigo do seu antecessor, que era proprietário da Bremse, uma empresa produtora de travões para comboios. E eu disse que «sim, senhor, tenho muito gosto em conhecê-lo».

Portanto, conheci o senhor nessa altura e, mais tarde, encontrei-o duas ou três vezes aqui em Lisboa, com o pretexto de que tinha casa no Algarve, em Loulé ou em S. Brás de Alportel, naquela área, vinha muitas vezes cá e era amigo de *a, b, c, d...* Tinha uma listagem de amigos que não era bem as *Páginas Amarelas*, mas era uma listagem grande... Além disso, falei com ele duas ou três vezes e, já muito depois do fecho do negócio dos submarinos, contactou-me para saber se eu queria comprar a propriedade que ele tinha no Algarve, porque tinha um projeto bestial e por aí fora... Estes foram os meus contactos com ele.

Quanto a pagamentos, já tive ocasião de dizer, penso que em resposta ao Sr. Deputado João Semedo, que os pagamentos feitos pela Ferrostaal em Portugal eram relativos só aos seus funcionários e colaboradores diretos aqui em Portugal; tudo o resto não passava pelo meu conhecimento.

Portanto, se ele recebeu 1 milhão ou se recebeu 2, 3 ou 4 milhões... Eu, daí, não vi nada, mas não sei dizer... Li nos jornais uma listagem dos trabalhos que ele diz ter feito para merecer os tais cerca de 1 600 000 € mas isso foi o que li no jornal sobre o facto de ele ser arguido na Alemanha, julgo, ou estar em julgamento, ou uma coisa do género.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr. Deputado, tem a palavra para esclarecimento final.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — É só para concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer-lhe, à guisa de informação, que ele não era só arguido, foi condenado por corrupção num tribunal alemão, tal como a sua entidade patronal foi condenada também por corrupção. E foi condenada por corrupção — pode ler a sentença — em processos relacionados com a venda de submarinos a Portugal e à Grécia.

Aquilo que lhe pergunto — e com isto termino — é se, de algum modo, ficou surpreendido com a condenação da Ferrostaal como autora de corrupção e, uma vez que teve conhecimento do *modus operandi* da Ferrostaal, pois foi gerente da sua representação em Portugal durante mais de 20 anos, se alguma vez isso o faria suspeitar que a Ferrostaal poderia estar envolvida num processo de corrupção, sendo certo que se afastou em agosto de 2005 nas circunstâncias que acabou de referir.

Muito obrigado.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Quanto à condenação, se fiquei admirado, devo dizer que fui, de certo modo, surpreendido.

Quanto ao sistema que levou à condenação, eu, em 1998, assinei um documento na Ferrostaal de acordo com a lei alemã acabada de sair, segundo a qual era proibido às empresas alemãs fazerem qualquer tipo de suborno nos negócios que viessem a efetuar. Eu tinha conhecimento disso, assinei também o documento, era funcionário e gerente aqui, e, portanto, fiquei admirado pelo facto de aquilo que se passava relativamente aos submarinos ter começado depois de 1998 e de não ser anterior. Pensei que era um sistema que tivesse sido abolido, mas, pelos vistos, não foi...

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Muito obrigado, Sr. Comandante.

O Sr. Deputado Filipe Neto Brandão terminou a sua inquirição, seguindo-se o CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Sr. Comandante Gil Corrêa Figueira e por agradecer os esclarecimentos que já aqui prestou, e que são muitos.

Gostava de lhe colocar algumas perguntas concretas, até para facilitar esta audição.

O Sr. Comandante já nos referiu que começou a trabalhar na Ferrostaal em 1983 e que trabalhou até agosto de 2005, desempenhando funções de gerente da Ferrostaal em Portugal.

A primeira pergunta que quero colocar-lhe vem na linha das perguntas que lhe foram colocadas pelo Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, no âmbito do relacionamento com a Escom. Sempre ouvimos dizer, nesta Comissão, que quem representava o consórcio alemão era a Escom, ao nível da negociação das contrapartidas. Assim, quero perguntar-lhe, muito diretamente, qual foi o papel que o Sr. Comandante desempenhou nesta matéria. É a primeira pergunta que lhe quero fazer.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu quero dizer ao Sr. Deputado que desconhecia que a Escom representasse a Ferrostaal. Só se o contrato feito entre a Escom e a Ferrostaal admite que aquela empresa seja o representante para as contrapartidas. Mas desconhecia isso totalmente, até porque as relações com o Governo português, ao nível de contratação, na

parte das contrapartidas, não foram feitas pela Escom mas, sim, pela Ferrostaal ou pelo consórcio, e não com a presença da Escom. Portanto, se era representante, das duas, uma: ou era representante e estava nas negociações, ou não era representante e não estava nas negociações. É a minha interpretação.

Agora, em relação ao contrato que a Escom tenha celebrado com a Ferrostaal, e que eu desconheço, como já declarei aqui não sei quantas vezes, não sei o que é que estará lá dito que dê à Escom a titularidade para ser a representante da Ferrostaal para as contrapartidas.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — No âmbito das suas funções enquanto gerente da Ferrostaal, o Sr. Comandante já nos disse que teve diversas reuniões, segundo percebi, nomeadamente com o grupo técnico que acompanhava o processo de aquisição dos submarinos, portanto, presumo, como disse a Sr.^a Deputada do PSD, que se trate do tal grupo técnico da Comissão do PRAS. Pergunto-lhe se, para além dessas reuniões, o Sr. Comandante, enquanto gerente da Ferrostaal, chegou a ter alguma reunião com a Comissão Permanente de Contrapartidas e, se sim, com que presidentes.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Com o Presidente da Comissão de Contrapartidas. Mas tem de me situar, porque conheci, pelo menos, dois ou três: conheci o Engenheiro Júlio Neves, se a memória não falha; o Professor Brandão Rodrigues, que penso que também foi Presidente; e o Embaixador Pedro Catarino. Não sei a qual se refere.

Eu tive reuniões com o Engenheiro Júlio Neves de apreciação de contrapartidas executadas e sobre algumas perguntas que ele tenha feito, estive com o Embaixador Pedro Catarino, que conheci há muitos anos,

quando ele era cônsul em Hong-Kong — não tive reuniões, tive contactos com ele do ponto de vista pessoal, mas eu já estava fora da Ferrostaal nessa altura —, e estive, penso, com o Presidente Brandão Rodrigues em relação à negociação dos contratos de contrapartidas.

O Sr. **Presidente** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Mas o Sr. Comandante sabia que, naquele período de 1998 até 2002, em que o concurso, no fundo, foi iniciado e lançado, quem tinha competência, ou quem entendia que tinha competência, para negociar as contrapartidas era a famosa Comissão PRAS?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sim.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Comandante, nesta Comissão, já ouvimos inúmeras afirmações sobre as contrapartidas — já ouvimos aqui dizer que as contrapartidas eram um embuste, já ouvimos aqui dizer que as contrapartidas eram uma ótima oportunidade para a economia nacional.

Eu gostava de saber qual é a sua opinião sobre as contrapartidas, de um ponto de vista genérico; se falhou alguma coisa, em sua opinião, o que é que falhou; e se não considera que o facto de se ter começado a negociar contrapartidas num momento em que não havia ainda enquadramento contratual das contrapartidas — isso é público, notório e conhecido —, mas também não existia um enquadramento legal das contrapartidas, que só veio a existir mais tarde, se essa circunstância, não terá contribuído para o

nível de execução que depois, uns anos mais tarde, viemos a constatar não ser aquele que todos esperávamos que fosse.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Telmo Correia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Comandante, tem a palavra para responder.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, eu penso que, em termos de ajuda à economia, as contrapartidas seriam positivas se os montantes solicitados ou pedidos não fossem tão grandes. Tenho a impressão que houve um desejo, que houve uma «boca muito grande» para as contrapartidas. E, como já disse aqui, não entendo que se faça um negócio de 1000 milhões e se queira contrapartidas de 1000 milhões. Eu não vendo um sapato por 100 e não vou pedir ao sapateiro para me dar 100 de volta, não me parece lógico. Que possa ser uma ajuda, penso que essa filosofia da ajuda poderia ser aceite, mas devia ser em quantidades mais pequenas.

Por outro lado, já afirmei aqui que quando se fez a proposta dos submarinos, em 1998 ou 1999, já não me lembro, tinha de se ter um contrato e não um memorando de entendimento. Ora, ter um contrato feito em 1998, na apresentação de uma proposta para definição de quem é o vencedor num prazo que desconhecemos, não favorece nem quem contrata nem o contratado. Os tempos mudam, as condições mudam e, portanto, acho inoportuno, acho que isso devia ser feiro, como também já disse aqui, na altura em que a *shortlist* está definida. Quando a *shortlist* está definida, aí, já estamos a falar noutra área e com outra capacidade; acho que era a partir daí que as contrapartidas deviam ser negociadas.

Por outro lado, penso que as contrapartidas devem ser mais num sentido direto do que indireto, porque devem ir a favor do cliente e não a favor de terceiros, ou poderão ir a favor de terceiros se as do cliente estiverem suficientemente satisfeitas e houver margem para alargar. Mas o tempo decorrido não me parece que tenha sido propício para isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Comandante, como é evidente, é muito mais fácil olharmos hoje para um processo que decorreu há muitos anos e conseguirmos encontrar um conjunto de problemas que ocorreram num determinado momento. E esse que o Sr. Comandante acabou de referir, ocorrido em 1998 e 1999, parece-me absolutamente evidente e vai ao encontro daquilo que eu procurava perguntar-lhe.

Mas há, de facto, um ano que é incontornável neste processo e não quero deixar de lhe colocar algumas questões sobre alguns aspetos decisivos que ocorreram nesse ano — no ano de 2000. É que, de facto, nesse ano há termos de referência sobre as contrapartidas que são enviados aos candidatos que tinham sido escolhidos pelo então Ministro da Defesa Nacional no final do ano de 1999 — tudo num Governo Socialista, e isto é apenas um aparte, mas um aparte relevante. A verdade é que a 27 de janeiro de 2000 são aprovados pela Comissão PRAS os termos de referência das contrapartidas, que incluíam um conjunto de matérias, e são enviados aos dois candidatos pré-selecionados — o francês e o alemão.

Sr. Comandante, tem ideia de qual foi a resposta da empresa onde o senhor trabalhava?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, eu não percebi a pergunta. Qual é a resposta?

O Sr. **Presidente**: — A resposta é o Sr. Comandante que tem de dar. A pergunta, peço ao Sr. Deputado que a repita e que a torne mais clara.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Comandante, o que se passa, basicamente, é que o Governo, a 27 de janeiro de 2000, aprovou na Comissão PRAS os termos de referência para as contrapartidas, em que veio dizer variadíssimas coisas, como, por exemplo, as penalidades a aplicar, quem é que geria o contrato de contrapartidas, as valorizações, etc. Esse documento, chamado Termos de Referência, foi enviado aos dois candidatos — ao francês e ao alemão, simplificando.

Concretizando ainda mais a minha pergunta, sabe porque é que a sua empresa, o consórcio onde a sua empresa estava, recusou estes termos de referência em janeiro de 2000?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado.
Sr. Comandante, tem a palavra.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Há uma recusa da nossa parte quando nos é solicitado, não posso precisar a data, como pagamento por falha no cumprimento das contrapartidas 100% do valor das contrapartidas; aí, informámos por escrito que não concorriámos, ou que não iríamos concorrer se eram essas as condições, porque as condições eram absolutamente inaceitáveis. Considerávamos que já a totalidade do valor das contrapartidas era inviável pelo nosso sentimento daquilo que era a capacidade do País de responder às contrapartidas, quanto mais ter como

multa por incumprimento 100% do valor!... Nós, aí, dissemos: «Não concorreremos».

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Comandante, quero sublinhar a importância da sua resposta, porque uns anos mais tarde, provavelmente seis ou sete anos mais tarde, entrou em funções o Sr. Ministro da Defesa Nacional Augusto Santos Silva, que disse nesta Comissão que uma das coisas que não percebia e que tinha corrido mal nas contrapartidas era exatamente o facto de o Governo em que era Ministro o Dr. Portas — vamos simplificar a linguagem para todos percebermos aquilo que estamos a dizer — ter afastado a interdependência entre os contratos, entre o contrato de aquisição e o contrato de contrapartidas. Ora, aquilo que o Sr. Comandante nos está a dizer é que já em 2000 a sua empresa, o consórcio de que fazia parte a sua empresa, recusava essa relação. Certo?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Tenho a impressão de que o problema dos 100% foi levantado ainda no tempo do Ministro Castro Caldas. O Sr. Deputado está a fazer-me perguntas que me obrigam a um esforço de memória muito grande, mas é a noção que eu tenho. Isso foi muito discutido entre mim, o Almirante Cavaleiro Ferreira, que na altura era o Diretor-Geral de Equipamento e Armamento, e o advogado Bernardo Ayala. Eles estavam muito firmes e nós fomos também firmes: não concorreremos; ou há alteração, ou não concorreremos.

E esse assunto foi repensado depois. Enfim, quando dissemos «não concorreremos», estava a decorrer, estava em aberto, mas a nossa resposta foi esta: «Se forem essas as condições, não concorreremos.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Comandante, não deixa de ser extraordinário que, seis ou sete anos depois, se coloque esta questão novamente em cima da mesa, quando se sabia que isto assim era já desde 2000. Enfim, esta é uma consideração que eu não queria deixar de fazer, sobretudo para quem nos vê em casa.

Em todo o caso, quero perguntar-lhe o seguinte: foi essa recusa que não só fez com que até ao final do ano, em outubro de 2000, fossem retificados um conjunto de projetos que tinham sido apresentados — as tais pré-contrapartidas de que hoje se fala —, como também fez com que, na altura, o Governo, o Ministério da Defesa Nacional e os concorrentes chegassem ao tal acordo de enquadramento contratual de contrapartidas, fixado em novembro de 2000.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, na listagem de concorrentes, se for ao *ranking* de valorização de quem é quem no concurso, sem desprimor para os outros concorrentes, o concorrente alemão tinha no seu currículo 136 submarinos fornecidos naquela altura. E toda a gente sabia, pelo menos os mais velhos, da minha idade, que a Alemanha, durante a guerra, tinha produzido um submarino por dia no mesmo estaleiro onde fazia estes; que tinha uma experiência em submarinos permanentemente atualizada; e que fornecia 25 ou 27 marinhas

fora da Alemanha. Era um currículo invejável, comparado com outro qualquer.

Cortar os alemães do concurso, tenho a impressão de que era um pouco como «comer a cereja em cima do bolo», era tirar um candidato de muita valia do ponto de vista de experiência e do ponto de vista da credibilidade. Portanto, o que resultou dessa recusa, ou qual foi o impacto que essa recusa teve, não sei avaliar; sei que o resultado posterior foi um resultado que já se acomodava, digamos, ao espírito do concurso ou do concorrente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Comandante, não entrei na parte das especificações técnicas e na comparação das propostas de cada um dos concorrentes até porque, muito sinceramente, não tenho qualquer habilitação ou competência para o fazer. Já houve aqui diferentes pessoas e até Chefes de Estado-Maior que, pronunciando-se sobre os diferentes programas, se pronunciaram sobre a matéria e, portanto, acho que ficou claro e resulta dos documentos a melhor capacidade de uma proposta, de um determinado submarino relativamente a outro.

Não vou entrar nessa matéria, a única coisa que quero perceber é se o Sr. Comandante tem conhecimento do que é que se alterou nesse tal acordo de enquadramento contratual de contrapartidas, celebrado ainda em 2000 com o mesmo Governo Socialista, com os mesmos governantes, e que permitiu, que serviu de base — diria eu, e está também documentado — a tudo o que se passou a seguir.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Uma das coisas que se alterou foi realmente o pagamento, e isso era essencial, porque já tínhamos, entre aspas, engolido o problema das contrapartidas a 100% do valor da transação, o que já era complicado, e ainda mais ser adicionada uma multa, se assim se pode dizer, no valor de 100% por incumprimento...

A partir daí o que aconteceu é que as condições foram, talvez, suavizadas, de resto não se alterou o programa de contrapartidas que estava sobre a mesa. Desculpe, alterou-se já no Governo do Ministro Paulo Portas, quando ele levantou o problema de não haver contrapartidas diretas para a Marinha. Isso foi colocado aos dois concorrentes e ambos aceitaram que houvesse essa adenda, porque, na realidade, o que havia em termos de contrapartidas não incluía contrapartidas diretas à Marinha naquilo que era — como já tive ocasião de dizer há pouco — os avanços tecnológicos, instalações de que a esquadria de submarinos precisava, os simuladores de submarinos, por exemplo, que é um fator importante, como é para a aviação, ou coisa no género. Enfim, era uma tecnologia que dava um salto de 40 anos, passava-se de um submarino de 60 tripulantes para um submarino de 30 tripulantes, e isto é feito à base da tecnologia avançada e do conjunto de tecnologias que permite a redução de pessoal e uma melhoria de habitabilidade do submarino.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Fiz estas perguntas porque, uma vez mais, no depoimento, que tivemos oportunidade de ouvir, do Ministro Santos Silva foi referido que nos contratos relativos à capacidade submarina portuguesa havia, no fundo,

diria eu, três pecados: o pecado de não haver a interdependência contratual, sendo que já aqui foi explicado pelo Sr. Comandante que não foi aceite pelo consórcio em 2000; o pecado da arbitragem, mas também já ficou aqui bastante claro para todos porque é que este contrato teve arbitragem e que estava previsto já desde o documento de enquadramento contratual de contrapartidas, em 2000; e o pecado de a garantia por incumprimento ser apenas de 10%. No fundo, resumindo, e procurando também interpretar aquilo que aqui foi referido, basicamente foi isto que disse aqui o Ministro Santos Silva.

Ora, aquilo que se constata, Sr. Comandante, é que são questões que vêm desde 2000, e, portanto, não poderia, naturalmente, ser invocado desconhecimento quanto a esta matéria.

Eu quero terminar, Sr. Presidente e Sr. Comandante, com uma nota final que tem a ver com uma afirmação que percebi ter ouvido numa resposta que o Sr. Comandante deu, a propósito da celebração dos contratos.

Eu acho que ouvi o Sr. Comandante dizer — mas não sei, provavelmente não terei ouvido bem — que o contrato teria sido alterado na noite anterior. E a verdade é que uma coisa é o contrato ser alterado na noite anterior, outra coisa completamente diferente — há que convir — é o contrato ser negociado até ao fim. Julgo que é substancialmente diferente dizermos que temos um contrato que é alterado na noite anterior ou dizermos que temos uma negociação contratual que decorre até ao limite dos limites, em que as partes assim o acordam. Julgo que é diferente, e sobretudo é diferente na medida em que hoje também sabemos que isso decorreu, essencialmente, com o objetivo de proteger a capacidade dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o que também decorreu de diferentes depoimentos que aqui ouvimos.

Sr. Comandante, queria agradecer-lhe as respostas que aqui nos deu, o seu depoimento, os esclarecimentos que prestou e, sobretudo, o esforço de memória que fez, porque, de facto, não é fácil procurar rever e lembrar-se de muitos acontecimentos e factos que já têm muitos anos. Portanto, quero agradecer-lhe por esse esforço e por ter colaborado com os trabalhos desta Comissão. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Comandante, quer fazer algum comentário ao que foi dito pelo Sr. Deputado?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não. Estive à disposição dos Srs. Deputados...

O Sr. **Presidente**: — E ainda está. Estou a referir-me ao Deputado Filipe Lobo d'Ávila, uma vez que a sua última pergunta foi também em jeito de comentário; se quiser comentar, pode fazê-lo.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — A minha opinião, e é uma crítica pessoal, é a seguinte: o caderno de encargos, do ponto de vista técnico, estava bem estruturado para poder ser realizado; do ponto de vista das contrapartidas, no meu entender, era um contrato homérico e desproporcional, e penso que o resultado está aí, não vale a pena andarmos como uma «pescadinha de rabo na boca». Mas lamento os efeitos que possa ter causado, porque na parte técnica, penso, o resultado foi bem-sucedido — claro que, como em todos os resultados, na parte técnica podem surgir problemas, mas há problemas que são remediáveis e outros que não são. Trata-se de um estaleiro que tem uma capacidade técnica muito grande e, como disse há pouco a propósito de Viana do Castelo, foi uma pena que

a resolução do Conselho de Ministros 269, salvo erro, tivesse ficado em «águas de bacalhau» e que não se tenha aproveitado um estudo feito a pedido e no qual se empenhou muito dinheiro, nosso e de Viana do Castelo, desde aí até 2000, sendo que, quando pedimos para ser considerado como contrapartida pelo investimento que estava a ser feito e por aquilo que representava para Viana do Castelo, o resultado é todos conhecido. Foi pena ter-se perdido essa oportunidade para o País.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Passamos para o último grupo parlamentar nesta primeira ronda, o Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos, que dispõe também de 10 minutos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Comandante, antes de mais, os meus cumprimentos.

A primeira questão que lhe quero colocar é sobre a alteração dos submarinos no decorrer do processo.

A documentação que nos chegou às mãos no decorrer destas audições aponta para que o concorrente francês estivesse à frente num conjunto de itens de avaliação e que depois, a partir de determinada altura, que coincide com a alteração do submarino a concurso por parte do concorrente alemão, a proposta alemã passa para diante, ou seja, na altura em que a entidade que o senhor representava troca o submarino U-209, com o qual tinha concorrido, para o U-214, que rebatizou, para Portugal, como U-209 PN.

Gostava de saber se acompanhou esta troca, em que circunstâncias é que ela aconteceu, quem é que solicitou esta troca da parte da Marinha portuguesa ou, se não foi a Marinha portuguesa, quem é que a solicitou.

Pergunto-lhe também, da experiência que tem como consultor, como representante da entidade em que trabalhava e como militar, se era comum, no decorrer dos processos de concurso, uma entidade concorrer com um equipamento e depois, no final, fornecer outro.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, começando pelo fim, o que não é normal é fazer um concurso com protótipos. E num equipamento como um submarino ou um avião, é inadmissível que isso aconteça! Com isto tenho a impressão de que respondo a tudo, porque invalida tudo o resto. Mas, para ser claro, o submarino que foi discutido com a Marinha desde o primeiro dia em que começaram as discussões técnicas, como já tive ocasião de dizer aqui, é aquele que a Marinha tem, representando ele o produto da evolução do submarino ao longo dos anos.

O concurso foi lançado em 98 e as discussões técnicas começaram em 2000, numa altura em que já havia progresso. Além do mais, os franceses não tinham, nem nunca apresentaram, um equipamento que era válido, que era questionado e exigido, o chamado sistema AIP, isto é, um sistema de *air propulsion*, que os franceses não tinham e que nem ainda hoje têm.

Portanto, há uma falácia da parte dos franceses quando põem sobre a mesa um projeto que não está aprovado e que não existe; e arrogam-se que o parceiro alterou o submarino! O submarino não foi alterado. Como já disse aqui, é uma situação idêntica a alguém ter comprado o Mercedes 220 há dois anos ou comprar o Mercedes 220 agora, ou seja, houve alterações introduzidas, e essas alterações só vieram beneficiar o cliente; não aumentaram o custo mas beneficiaram o cliente.

Agora, fazer a escolha entre um produto provado, existente em várias marinhas, e um produto que é uma «nuvem», um *cloud*, uma coisa que não existe, há qualquer coisa que não está correta nesta comparação. Tudo o que se queira dizer, para mim, não tem validade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Como é que justifica que as autoridades portuguesas tivessem admitido a concurso um concorrente que, afinal, não tinha um equipamento para fornecer?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, pergunte às autoridades portuguesas. Desculpe...

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Isso não foi discutido?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu não tenho de comentar as decisões das autoridades portuguesas — abriram um concurso, chamaram cá, puseram na listagem, aliás, puseram numa *shortlist*, que é pior ainda, mas a responsabilidade não é nossa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Então, o que diz é que, entre o momento em que foi apresentado o U-209 e o momento final do concurso, em que foi fornecido, houve evolução tecnológica e que a alteração se deve

isso, à evolução normal que ocorreu no período em que o concurso decorreu.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não há uma alteração de submarino, Sr. Deputado, não há uma alteração de equipamentos, há uma melhoria de equipamentos e há uma alteração, a que os franceses se pegaram muito, da chamada silhueta do submarino.

A silhueta do submarino é a parte exterior do submarino, que foi alterada por uma questão de melhoria, de desenvolvimento desse submarino, que era um submarino com mais de 20 anos de experiência e de melhorias introduzidas. Às tantas, por uma questão de resistência à água e outras coisas semelhantes, foi-se melhorando a torre do submarino. Portanto, não houve uma alteração do submarino.

Quando se fala numa alteração do submarino, isso é para os jornais e para o público, porque não houve; e tanto não houve que a Marinha nem sequer pôs isso em causa. Ou vamos pôr agora em causa os técnicos da Marinha que estiveram a discutir o submarino? Penso que não.

Agora, se eu perguntar onde é que está o AIP no submarino francês, diga-me onde é que está. No contrato que eles fizeram com o Paquistão tinham de introduzir no terceiro submarino a entregar o AIP. Os paquistaneses tiveram de desistir porque foram demorando a entrega do submarino e o AIP nunca apareceu, não saiu do laboratório. E havia outros submarinos na Europa, como o submarino sueco, que tinham AIP.

Portanto, «porque é que aparece o protótipo?», essa seria a minha pergunta. «Quem se responsabilizou por escolher um protótipo para ir a concurso?», essa foi sempre a minha pergunta e nunca tive resposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Mas presumo que é uma pergunta que não lhe podemos fazer a si, por aquilo que já nos disse.

Essa alteração de silhueta do U-209 fez, ou não, com que ele fosse parecido ou igual ao U-214? Aproximou-o?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Comandante.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — A silhueta, como expliquei, é a torre do submarino, que tinha um formato determinado e foi alterado.

O submarino traz várias melhorias e introduz o AIP, uma vez que estava prevista no caderno de encargos, na parte técnica, a possibilidade de ter AIP. A Alemanha tinha submarinos com AIP e, portanto, introduziu o AIP no projeto. Na discussão técnica já aparece o submarino com a torre modernizada, mas o submarino é o mesmo. Aliás, se for ler os pareceres que se pediram sobre isso, verá que está lá explicado, preto no branco, que não há alteração de submarino, o objeto em si está ali... Aliás, os franceses tomaram conhecimento desses pareceres.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Pois, tinha-nos dito que tinha a ver com isso, ou seja, o tempo durante o qual o concurso decorreu — julgo que foi isso que disse — também levou a que, por parte da própria empresa, fossem sendo introduzidas melhorias no equipamento e isso fez que com que o submarino inicial não fosse exatamente igual ao que foi fornecido.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não me parece correto que, num concurso que começa em 98 e acaba em 2004, a introdução de melhorias tecnológicas que possam existir não seja aproveitada para o cliente. Não me parece lógico. E, portanto, dentro desta lógica, as melhorias foram introduzidas no submarino; não alteraram o submarino, o submarino cumpre a sua obrigação em melhores condições e com outras capacidades.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Para terminar esta matéria, só mais uma pergunta: a partir daí, a Ferrostaal e o consórcio em que está envolvida nunca mais venderam submarinos 209, tendo em conta que eles deixaram de existir?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — O submarino 209 tem 20 anos de desenvolvimento, portanto, há vários 209 conforme os anos. Quando se chegou à introdução do AIP, isso foi marcante para a alteração do 209 para 214. O desenvolvimento do 209 não tinha AIP, e, portanto, quando se chegou ao AIP classificou-se o submarino de 214, mais tarde. Nós classificámo-lo de 209-A, porque era um modelo acima. Assim como nas fragatas MEKO tínhamos, para Portugal, a MEKO-P e a MEKO-T, que era turca, porque eram semelhantes mas com alterações específicas para cada Marinha. Isto é só para dizer que o submarino é o mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Eu gostava de colocar agora outra questão, que tem a ver mais diretamente com as contrapartidas.

Alguns representantes da ACECIA que ouvimos aqui, nomeadamente hoje de manhã, disseram-nos que, a partir de determinada altura, sentiram que houve, por parte da Ferrostaal, um refreamento relativamente às contrapartidas, que coincidiu mais ou menos com a assinatura do contrato de venda, portanto, que a partir dessa altura houve um refreamento e pouco empenhamento no processo das contrapartidas. Sabe a que é que isso se deveu? Confirma se isso aconteceu ou não, e sabe a que é que se deveu?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, essa pergunta já foi feita aqui e eu respondi o seguinte: a indústria automóvel, como a indústria naval, tem altos e baixos. Tem agora o exemplo da Autoeuropa, que fecha uns dias por semana e que baixou de 600 para 428 automóveis.

Ora, o que eu posso dizer é que poderá ter havido na altura — não tenho isso presente —, por coincidência, um arrefecimento na indústria automóvel que também tenha levado a uma menor procura. Além do mais, é preciso não esquecer que a Alemanha produz automóveis há 200 anos, tem uma variedade de marcas muito conhecidas e muito válidas, e tem os seus próprios produtores de componentes. Assim, a introdução de componentes de fora para dentro é uma guerra muito dura, porque uns são testados e são acompanhados pelas fábricas permanentemente na sua produção e outros vêm de fora, vêm de longe.

O nosso argumento para exportar os componentes foi o êxito da Autoeuropa — nem foi da Renault, nem foi da Toyota —, foi a origem, a

Autoeuropa, a forma como foi feita, como foi estabelecida, como foi criada e como foi profissionalizado o seu pessoal; esse foi o exemplo, foi esse êxito. Baseado nisso, o primeiro Presidente da Autoeuropa, Bodo Heise, veio com a história de que os componentes portugueses, pelo seu preço e qualidade, e até porque Portugal é muito conhecido pelos moldes para componentes, podiam ter êxito na Alemanha. E então concentrou-se ali uma saída bestial para os componentes e houve componentes que saíram. Agora, o mercado alemão tem as suas exigências e também olha para si, portanto, para importarem é preciso colocarem primeiro o que têm. E, naturalmente, também há ciclos na indústria automóvel. Não sei se coincidiu ou não com isso, agora não me lembro, porque, apesar de ter boa memória, é um problema que me passa um pouco à margem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Agradeço-lhe que tenha repetido a resposta. Pressuponho, então, que admite que esse refreamento tenha existido...

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não ponho em questão.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Já referiu aqui que reuniu com a Comissão de Contrapartidas, que teve alguns encontros informais, o que lhe pergunto é se, da parte da Comissão de Contrapartidas, havia pressão junto da Ferrostaal para o cumprimento ou para tentar que, caso existisse algum refreamento nesse relacionamento e no cumprimento das contrapartidas, retomasse um ritmo normal.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Nós tivemos várias reuniões, até a altura em que eu acompanhei, com a Comissão de Contrapartidas, em que algumas das contrapartidas estavam para além daquilo que era esperado na altura e outras estavam muito abaixo do que seria esperado. E, portanto, havia sempre da parte da Comissão de Contrapartidas um balanço do que é que estava a correr bem, do que é que estava a correr mal, ou se, eventualmente, algumas, por questões da altura, teriam de ser substituídas — porque estava previsto também que isso pudesse acontecer — por outras que tivessem mais sucesso. Portanto, sobre pressão da Comissão, havia uma avaliação da Comissão sobre a forma como decorriam as contrapartidas. Isto é o que posso dizer relativamente à relação com a Comissão de Contrapartidas, enquanto lá estive.

É preciso ver que eu saí quando havia um ano de cumprimento de contrato e que o contrato era de seis ou de sete anos, portanto, estava-se muito no início da execução do contrato.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Mas nessa curta experiência que teve, classificaria o comportamento da Comissão de Contrapartidas como muito exigente relativamente à Ferrostaal? Como é que a Comissão de Contrapartidas se comportava? Era excessivamente exigente? Era benevolente com aquilo que era apresentado como eventual substituição ou alteração? Há aqui uma marca ou não reteve nada desse...

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, eu diria que ela nunca pactuou connosco, foi correta na sua relação, fazia a sua avaliação, dizia o que tinha a dizer, exigia o que tinha de exigir, mas nunca

me senti pressionado para fazer mais ou menos aqui ou acolá. A Comissão tinha a preocupação que, no geral das contrapartidas, se fosse cumprindo as percentagens de contrapartidas que estava previsto serem feitas ao longo dos seis anos, penso; e a Comissão tinha esse controlo feito.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas para fazer uma interpelação à mesa. Julgo que neste momento deixámos de ter quórum, face à ausência de Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda. Tendo em conta que se trata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito requerida por um destes partidos, tendo em conta que a audição do Sr. Comandante foi solicitada, salvo erro — segundo a informação que eu tenho — pelos dois partidos, não posso deixar de colocar esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, assim é, de facto. Eu pedia ao Partido Socialista que pudesse diligenciar para a situação ser ultrapassada.

Pausa.

(Entretanto, entrou na sala a Deputada do CDS-PP Cecília Meireles).

Srs. Deputados, apesar de a Sr.^a Deputada Cecília Meireles já estar presente, não garante o quórum, como é evidente. O CDS tem, nesta Comissão, dois Deputados efetivos e uma Deputada suplente. Estão presentes os dois Deputados efetivos — eu próprio e o Sr. Deputado Lobo d'Ávila —; a Sr.^a Deputada Cecília Meireles é suplente e, portanto, a sua presença não pode acrescentar ao quórum, como é evidente. O quórum do CDS está preenchido comigo e com o Dr. Lobo d'Ávila, além de a Deputada suplente também estar presente.

Sr. Comandante, peço desculpa por este incidente.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não sei se devemos interromper os trabalhos ou aguardar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vou fazer apartes, mas, a avaliar por algumas referências que tenho visto nas redes sociais, eu diria que a Sr.^a Deputada não é irrelevante nesta comissão. Refiro-me a intervenções que Sr.^a Deputada já fez nesta Comissão e que são muito divulgadas.

Sr. Deputado António Prôa, tem a palavra.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, eu só quero saber em que estado está a reunião, se estão suspensos os trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a aguardar por uma diligência que solicitei, para que o Partido Socialista nos garantisse presença e quórum na Comissão.

(Entretanto, entrou na sala o Deputado do PS José Magalhães).

Uma vez que chegou Sr. Deputado José Magalhães, existe quórum novamente.

Sr. Deputado João Ramos, peço-lhe paciência por este incidente, uma vez que estava no meio da sua inquirição e não é da sua responsabilidade. Pode prosseguir, como é evidente.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Não é da sua responsabilidade, Sr. Presidente, eu estava sozinho face à maioria, mas aqui estava... Resistia, resistia...

O Sr. **Presidente**: — Eu sei que o Sr. Deputado está preparado para isso, e portanto não me preocupei demasiadamente. E tudo o que aconteça na Comissão é da minha responsabilidade, como é evidente.

Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Estou quase a terminar.

Continuando na questão das contrapartidas, a minha pergunta tem a ver com a participação da Escom. Eu gostaria de perceber como é que foi montado o pacote de financiamento, como é que o sistema foi desenhado e, da parte da Ferrostaal, o que é que acompanhou desta matéria do desenho do financiamento para aquisição dos submarinos. Porque aquilo com que temos sido confrontados aqui na Comissão, e é conhecido, é que a Escom — cujo sócio maioritário era o Grupo Espírito Santo — fazia assessoria a quem estava a vender os submarinos e, depois, o Grupo Espírito Santo, por via do banco, financiava a aquisição dos submarinos, portanto, estava um bocadinho nos dois lados. Por isso, eu queria perceber este enquadramento e se a Ferrostaal esteve, ou não, envolvida nisto, se esteve envolvida com a

Escom no processo da definição do desenho do financiamento. O que é que sabe dizer sobre isso?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Eu, da Escom, só tenho conhecimento da sua participação naquilo que diz respeito às contrapartidas, não desconhecendo que o Grupo Espírito Santo era parte da Escom.

Quanto a financiamentos, nós fizemos os nossos contactos, quer na Alemanha quer aqui em Portugal com a banca portuguesa, e a nossa primeira intenção foi a de apresentar um sindicato bancário com bancos alemães e bancos portugueses. Mais tarde, fomos surpreendidos quando soubemos que o Governo tinha outra solução ou que tinha em mente outra hipótese. E, portanto, foi-nos apresentado posteriormente um consórcio financeiro que tinha dois bancos, essencialmente, o UBS e o Banco Espírito Santo, mas não tenho conhecimento de que a Escom tenha tomado parte ativa no que diz respeito à estrutura ou à procura de financiamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Por isso também não sabe se o facto de a Escom ser consultora seria ou não uma mais-valia do outro lado, na estrutura de financiamento.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Nunca me foi posto esse problema, nunca senti esse problema. Agora, se me perguntar «Mas o Espírito Santo fazia parte disso?», pois, sim, fazia parte da constituição e nós sabíamos qual era a constituição da Escom. Mas a ligação ao financiamento, como lhe digo, foi inicialmente, e fazia parte do caderno de

encargos, uma responsabilidade do consórcio. O consórcio tinha de apresentar o financiamento, portanto, começámos a trabalhar na Alemanha no sentido de encontrar a parceria para o financiamento e contactámos aqui, auscultámos, alguns bancos sem compromisso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Por isso, foi a Ferrostaal que apresentou a solução que acabou por ser... ou não?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Não, não, a apresentação foi feita pelo Governo.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Uma última questão. Disse-nos, há pouco, que a Ferrostaal foi abordada pela Escom como sendo uma entidade que tinha conhecimentos e capacidade no sentido de montar o pacote de contrapartidas a que os concorrentes estavam obrigados; por isso, aquela entidade apareceu e ofereceu-se para montar esse pacote.

O Governo deu alguma indicação à Ferrostaal sobre alguns setores que pretendia ver incluídos nesse pacote de contrapartidas, nomeadamente alguns setores estratégicos ou alguns setores em que achasse que era importante o desenvolvimento de determinadas matérias para o nosso País? Ou isso não aconteceu e ficou inteiramente nas mãos e na capacidade de montar esse pacote por parte da Escom?

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sr. Deputado, já tive ocasião de dizer que, em 1997, aquando da apresentação dos diversos construtores de submarinos, levantei esse problema ao Diretor-Geral de

Armamento e Equipamento, ou seja, as dificuldades de cumprir as contrapartidas — que, na altura, não sabíamos qual seria percentagem —, porque o País era pequeno, não tinha grandes capacidades, e havia na altura cinco concorrentes que tinham que preparar pacotes de contrapartidas. Ora, para um País que tem escassas capacidades industriais, satisfazer cinco concorrentes com o volume que viesse a ser determinado era um bocado difícil.

Portanto, cumprir as contrapartidas no valor exigido não parecia fácil e, como já tive ocasião de dizer aqui, a minha opinião pessoal até era outra. Mas não tivemos pressão nenhuma, e pedi, na altura, que fosse apresentado aos concorrentes, que houvesse uma reunião ou um seminário em que o IAPMEI, a Direção-Geral da Indústria, o ICEP e por aí fora, que tinham conhecimento global do País, pudessem apresentar as possibilidades e as capacidades a que podíamos recorrer para as contrapartidas e dizer quais as prioridades. Mas isso nunca aconteceu e cada um teve que cavar o seu terreno.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Pelo que disse relativamente à dificuldade do cumprimento de contrapartidas, a Ferrostaal, quando assinou o contrato de cumprimento de contrapartidas, já tinha consciência de que haveria muita dificuldade no seu cumprimento.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Já tinha consciência...?

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Consciência de que haveria dificuldade no cumprimento. O que nos disse é que tinha consciência de que havia

dificuldades, dadas as características do nosso País. Por isso, a Ferrostaal assinou um contrato em que assumiu cumprir um conjunto de contrapartidas, mas tinha consciência, à partida, de que seria difícil o seu cumprimento.

O Sr. Comandante **Gil Corrêa Figueira**: — Sabíamos que não era fácil cumprir, ou sabíamos que era difícil arranjar pacotes de contrapartidas, que era difícil, mas era uma condição do concurso, portanto, tínhamos que encontrar soluções. Agora isso não indicia que ela, à partida, sabia que não ia cumprir, é uma coisa diferente.

Dentro daquilo que fizemos ao nível de contratos, era para cumprir. As situações, nalguns casos, não facilitaram e, como digo, fazer contratos em 98 para um contrato que é assinado em 2004... Não é fácil que aquilo que se faz em 98 não esteja sujeito a problemas exteriores ou interiores, endógenos ou exógenos, que alterem as condições do contrato, ou até a facto de algumas empresas desaparecerem, porque não tiveram capacidade. Para o contratante, era aliciante ter um apoio de uma empresa internacional ou de um conjunto internacional para as suas exportações, mas não é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Não tenho mais questões, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, encerrada a primeira ronda de perguntas.

Pergunto aos Srs. Deputados quem é que se quer inscrever na segunda ronda de perguntas ao Sr. Comandante Gil Corrêa Figueira.

Pausa.

O Bloco de Esquerda não está presente, o Partido Social Democrata indica que não pretende intervir. E o Partido Socialista, Sr. Deputado José Magalhães?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, eu verdadeiramente não sei se a pergunta já foi feita, por razões alheias à minha vontade, infelizmente, mas queria colocar uma questão relativamente a reunião que houve em Londres, em novembro...

Dizem-me que já foi feita, portanto, Sr. Presidente, lerei a resposta a essa pergunta, que constava da nossa lista de perguntas a fazer.

Sr. Presidente, nessas condições, não temos perguntas adicionais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS-PP indica que não pretende intervir e o Partido Comunista acabou de terminar a sua primeira ronda, em que o Sr. Deputado João Ramos ainda dispunha de 1 minuto, portanto, se não o usou não deve pretender usar da palavra na segunda ronda.

Srs. Deputados, terminamos, assim, a audição do Sr. Comandante Gil Corrêa Figueira, de quem me despeço.

O próximo depoente já se encontra à espera, ainda assim, Srs. Deputados, terão que me informar se pretendem deliberar sobre os requerimentos que temos pendentes — quatro requerimentos de audição, penso, e três requerimentos relativos a documentação —, subscritos pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda, que não está presente, o que coloca, obviamente, uma dificuldade nessa discussão.

Coloca à consideração dos Srs. Deputados saber se querem discutir hoje ainda os requerimentos ou se marcaremos uma reunião para amanhã.

Sr. Deputado António Prôa, tem a palavra.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — O Sr. Presidente tinha, de facto, colocado essa questão e tinha sugerido que os coordenadores pudessem conversar entre eles...

O Sr. **Presidente**: — Pelo menos pensarem sobre o assunto...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, a conversa não foi com todos, de qualquer modo, fui abordado pelo Sr. Deputado Jorge Machado, que me sugeriu que a reunião pudesse ocorrer amanhã, por razões que se prendiam com dificuldades de ele estar presente e também porque o Sr. Deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda, não estaria presente, e que, nessa medida, seria conveniente que as deliberações passassem para amanhã.

O que na altura transmiti ao Sr. Deputado — e cumpre-me agora transmitir ao Sr. Presidente e à Comissão — é que, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, não veríamos nenhuma objecção, antes pelo contrário, seria desejável que já hoje pudéssemos tomar as deliberações que estão suspensas. De qualquer modo, se a vontade dos demais grupos parlamentares é no sentido de adiarmos a decisão, não nos opomos, e, portanto, da nossa parte, estando disponíveis para o fazer hoje, estamos também disponíveis para o fazer amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, ecoando uma frase muito conhecida, «para quê a pressa?» De qualquer maneira, são poucos dias, são poucas horas e, portanto, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, estaremos perfeitamente a tempo, julgo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, não me leve a mal a brincadeira, mas aproveita-se do facto de estar sozinho para lançar essa frase sem contestação.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas subscrever e acompanhar aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado António Prôa.

Do nosso ponto de vista não tínhamos qualquer problema, aliás, estávamos já preparados para, se necessário, discutir e votar hoje todos os requerimentos e pedidos de audição efetuados. O único receio de deixar passar mais um dia é que, porventura, com mais um dia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista poderá apresentar mais cinco, seis ou sete requerimentos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não, já está!...

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Em todo o caso, estamos totalmente disponíveis para, se necessário for, fazer amanhã essa discussão, sendo certo que, do nosso ponto de vista, estamos no fim dos trabalhos, já

falta realizar poucas das audições agendadas e, de facto, não se justifica que esses requerimentos continuem pendentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, das audições agendadas falta realizar aquela que vai começar a seguir e falta ouvirmos, penso, os dois advogados que convocámos, o Sr. Dr. José Miguel Júdice e o Sr. Dr. Bernardo Ayala, cujas audições estão marcadas para terça-feira. Refiro-me às audições marcadas até agora, porque, como eu disse, estão pendentes, pelo menos, quatro requerimentos relativos a audições.

Se interpreto bem o sentido e a vontade da Comissão, os partidos da maioria estariam disponíveis para discutir os requerimentos hoje, mas não farão finca-pé nesse mesmo facto. Quanto aos partidos da oposição, as suas razões já foram explicadas: as do Partido Socialista acabámos de ouvir; o PCP não tem presente o seu coordenador por razões que o próprio transmitiu; e o Bloco de Esquerda não está presente neste momento.

Portanto, se estiverem de acordo, por uma razão democrática e de respeito para com os Deputados coordenadores que não estão presentes, inclusivamente para haver possibilidade de contraditório, uma vez que, pelo menos, um dos requerimentos é do Bloco de Esquerda e é natural que o seu coordenador queira estar aqui para o defender, penso que seria mais curial marcarmos uma reunião para amanhã, antes do início do Plenário, talvez às 14 horas. De manhã haverá reuniões dos grupos parlamentares e à tarde será discutido em Plenário o Orçamento rectificativo, pelo que eu apontaria para essa hora a deliberação acerca requerimentos; parece-me mais curial do ponto de vista democrático.

Sr. Comandante, peço desculpa de o envolver nesta discussão, que a si não lhe diz respeito, como é evidente. Agradeço-lhe a sua presença na nossa Comissão e o bom esforço de memória que fez, que, penso, foi

relevante e importante para esta Comissão, na medida em que respondeu a todas as perguntas que os Srs. Deputados lhe fizeram.

Muito obrigado pela sua presença e pelo tempo que lhe tomámos.

Srs. Deputados, está concluída a audição.

Eram 18 horas.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.